

Demonstrações Contábeis Regulatórias 2020

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Enel Distribuição São Paulo

ÍNDICE

Relatório da Administração regulatório	3
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanços patrimoniais	19
Demonstrações dos resultados	21
Demonstrações dos resultados abrangentes	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	25
Declaração dos Diretores	122
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	123

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO – 2020
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A

1

PERFIL

A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.647¹ unidades consumidoras por km², o que corresponde a 8,5%² do total de energia elétrica consumida no Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18,3 milhões de pessoas todos os dias, a Enel Distribuição São Paulo está permanentemente comprometida em prestar melhores serviços e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo aberto com todos os seus públicos. A Enel Distribuição São Paulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do estado e do país.

Para atender a demanda de aproximadamente 7,5 milhões de unidades consumidoras, a Enel Distribuição São Paulo, que conta com 5.848 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 162 subestações e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos de mais de 45 mil quilômetros, dos quais 1.834 km são linhas de subtransmissão e 44.028 km referem-se a redes de distribuição aérea e subterrânea.

2 **CONTEXTO SETORIAL E AMBIENTE REGULATÓRIO**

Distribuição Elétrica no Brasil

A Enel Distribuição São Paulo é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória ("BRR") da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

¹ Dados internos de unidades faturadas, de dezembro de 2018;

² Dados acumulados até dezembro de 2018, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição São Paulo é 4 de julho.

Reajuste Tarifário Anual 2020

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60% composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	2,11%
Energia Comprada	6,77%
Encargos de Transmissão	4,30%
Parcela A	13,18%
Parcela B	2,09%
Reajuste Econômico	15,27%
CVA Total	6,27%
Conta Covid	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,76%
Reajuste Financeiro	0,33%
Reajuste Total	15,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-11,38%
Efeito para o consumidor	4,23%

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh













Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.













Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

Conforme quadros abaixo:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

3 PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2020	2019	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWG)	40.277	43.286	-7,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	22.463.953	22.851.177	-1,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	14.367.212	13.738.237	4,6%
EBITDA (R\$ mil)	2.012.122	1.784.241	12,8%
Margem EBITDA (%)	14,0%	13,0%	1 p.p.
EBIT (R\$ mil)	1.305.341	1.153.238	13,2%
Margem EBIT (%)	9,1%	8,4%	0,7 p.p.
Lucro Líquido (R\$ mil)	589.836	491.907	19,9%
Margem Líquida (%)	7,7%	6,5%	1,2 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	962.173	878.325	9,5%
DEC - Horas (12 meses)	7,52	6,44	16,8%
FEC - vezes (12 meses)	3,83	3,71	3,2%
Índice de Arrecadação (YTD)	98,7%	100,6%	-2 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,64%	9,62%	1 p.p.
Nº de Consumidores (1)	7.454.050	7.315.100	1,9%
Nº de Colaboradores Próprios (2)	5.848	6.468	-9,6%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.494	1.816	-17,7%
PMSO (3) /Consumidor	184,0	225,7	-18,5%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	276	307	-9,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	26.962	23.835	13,1%

(1) Unidades Faturadas | (2) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

4 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2020	2019	Var. %
Mercado Cativo	7.451.811	7.313.528	1,9%
Residencial	7.001.288	6.858.422	2,1%
Industrial	25.318	25.968	-2,5%
Comercial	404.716	408.622	-1,0%
Rural	571	566	0,9%
Setor Público	19.918	19.950	-0,2%
Cientes Livres	2.239	1.572	42,4%
Industrial	560	465	20,4%
Comercial	1.624	1.058	53,5%
Setor Público	48	42	14,3%
Cias Energéticas	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.454.050	7.315.100	1,9%

Venda de Energia na Área de Concessão³

No ano, o mercado total teve retração de 7,0% em relação ao ano de 2019, totalizando 40.277 GWh. Essa diminuição é resultado, principalmente, da pandemia do Covid-19, que impactou profundamente as dinâmicas econômicas e sociais, com a aplicação de medidas de restrição de circulação e a consequente redução no padrão de consumo.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2020	2019	Var. %
Mercado Cativo	29.571	32.289	-8,4%
Cientes Livres	10.706	10.997	-2,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	40.277	43.286	-7,0%

Mercado Cativo

Em 2020, o mercado cativo totalizou 29.571 GWh, uma redução de 8,4% comparado a 2019. Essa variação explica-se, sobretudo, pelos impactos decorrentes da pandemia do Covid-19, incluindo medidas de restrição de atividade vigentes em nossa área de concessão, resultando em significativa redução de consumo,

³ Não inclui Consumo Próprio

principalmente, nas classes comercial e industrial. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2020	2019	Var. %
Residencial	16.618	16.330	1,8%
Industrial	2.321	2.894	-19,8%
Comercial	8.505	10.584	-19,6%
Rural	32	32	0,2%
Setor Público	2.094	2.448	-14,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	29.571	32.289	-8,4%

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2020	2019	Var. %
Residencial	2.374	2.381	-0,3%
Industrial	91.688	111.445	-17,7%
Comercial	21.015	25.902	-18,9%
Rural	56.153	56.537	-0,7%
Setor Público	105.150	122.707	-14,3%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	3.968	4.415	-10,1%

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 10.706 GWh em 2020, uma redução de 2,6% quando comparado a 2019, reflexo, principalmente, dos efeitos percebidos da atual pandemia na atividade econômica, parcialmente compensados pelo efeito líquido da migração de clientes. Em 2020, entre migrações ao ACL, retornos ao ACR e novos clientes, foram adicionadas 677 unidades.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2020	2019	Var. %
Industrial	5.020	5.261	-4,6%
Comercial	4.133	4.111	0,5%
Setor Público	1.553	1.626	-4,5%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	10.706	10.997	-2,6%

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	2020	2019	Var. %
Industrial	8.964	11.314	-20,8%
Comercial	2.545	3.886	-34,5%
Setor Público	28.238	33.184	-14,9%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	4.782	6.996	-31,6%

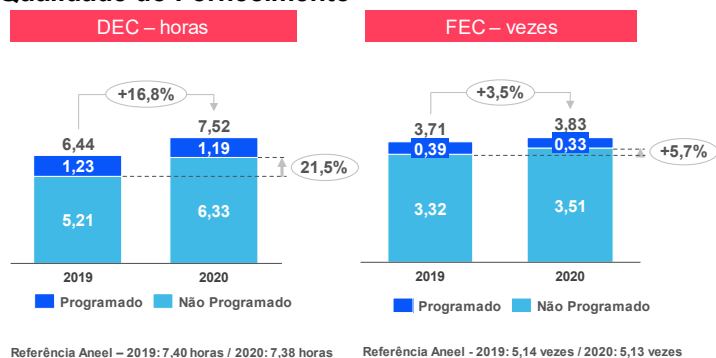
Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2020	2019	Var. %
DEC - horas (12 meses)	7,52	6,44	16,8%
FEC - vezes (12 meses)	3,83	3,71	3,2%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,6%	9,62%	1 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	98,68%	100,6%	-2 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.494	1.816	-17,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	276	307	-9,9%
PMSO (1) / Consumidor	184,0	225,7	-18,5%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	26.962	23.835	13,1%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

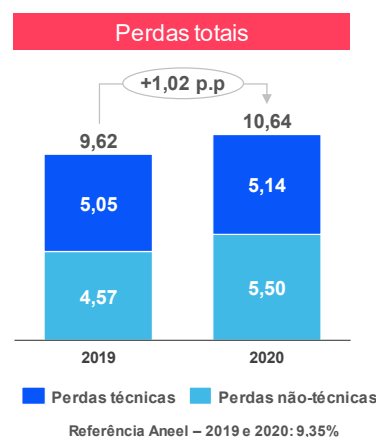
Em 2020, as condições climáticas desfavoráveis marcadas por fortes ventos e maiores quantidades de raios, bem como a redução do contingente operacional decorrente da pandemia do Covid-19 impactaram os indicadores de continuidade.

Como ação de contorno, a Companhia realiza o monitoramento contínuo do quadro de saúde dos colaboradores, além de investir em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadoras telecomandadas e automatizadas para o restabelecimento de energia e de intensificação das ações de manutenção da rede, além do desenvolvimento de equipes multitarefas.

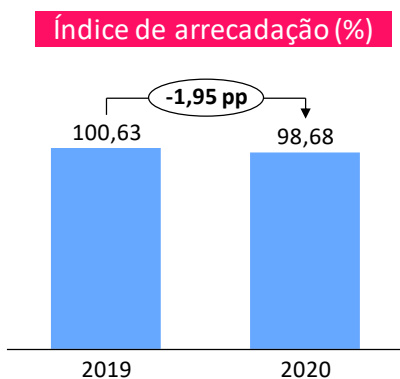
Disciplina de Mercado (Perdas)⁴

As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,64%⁵, sendo divididas entre perdas técnicas (5,14%) e não-técnicas (5,50%). Em comparação ao 4T19, as perdas totais apresentaram aumento de 1,02 p.p., decorrente do aumento da indisciplina de mercado ocasionada pelo COVID-19.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com o programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na atual legislação. Além disso, outras iniciativas da Companhia englobam: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.



Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 98,68% em 2020 contra 100,63% do mesmo período do ano anterior, redução de 1,95 p.p., decorrente dos efeitos percebidos pela pandemia do COVID-19, incluindo a deterioração do cenário econômico e restrições de circulação. Vale destacar, que estava vigente, até 31 de julho de 2020, a Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que determinava a suspensão de cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades essenciais. Os cortes foram retomados gradualmente no terceiro trimestre.

De forma a mitigar os efeitos mencionados e melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência, como ações de comunicação, campanhas em parceria com empresas de crédito, envio massivo de SMS e e-mails das faturas em atraso, incentivo a utilização de meios digitais para

pagamento, parcelamento de faturas, além da disponibilização do canal de negociação para equação de valores em aberto.

⁴ Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

⁵ A partir do 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seu efeito a partir de janeiro de 2018.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (REGULATÓRIO)

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
Receita Operacional Bruta	22.463.953	22.851.177	-1,7%
Deduções à Receita Operacional	(8.096.741)	(9.112.940)	-11,2%
Receita Operacional Líquida	14.367.212	13.738.237	4,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (1)	(12.355.090)	(11.953.996)	3,4%
EBITDA	2.012.122	1.784.241	12,8%
Margem EBITDA	14,0%	13,0%	1 p.p.
EBIT	1.305.341	1.153.238	13,2%
Margem EBIT	9,1%	8,4%	0,7 p.p.
Resultado Financeiro	(487.677)	(421.231)	15,8%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(227.828)	(240.100)	-5,1%
Lucro Líquido	589.836	491.907	19,9%
Margem Líquida	4,1%	3,6%	14,7%
Lucro por Ação (R\$/ação)	2,99	2,49	19,9%

(1) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

Em 2020, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 22,5 bilhões, apresentando uma redução de 1,7% (R\$ 387,2 milhões), quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As principais variações são explicadas a seguir:

- I. redução de (i) R\$ 2 bilhões devido à menor receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos industrial e comercial, reflexos da pandemia do Covid-19; parcialmente compensados pelo:
- II. aumento de (i) R\$ 785,6 milhões em ativo financeiro setorial, líquido, em função da constituição de ativo regulatório no ano de 2020; (ii) R\$ 279 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo, decorrente do ganho tarifário com ajuste/revisão no período; e (iii) impacto positivo de R\$ 118,8 milhões em subvenção de recursos da CDE, decorrente dos ajustes das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário, além do impacto pela cobertura tarifária aos clientes de baixa renda, relacionado as medidas aplicadas pelo governo em mitigação aos efeitos da pandemia.

Deduções da Receita

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 8,1 bilhões, uma redução de R\$ 1,0 bilhão, ou 11,2%, em relação ao mesmo período de 2019, sendo explicada principalmente por: (i) redução de R\$ 275,2 milhões na rubrica de encargo CDE, decorrente do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019; (ii) redução de R\$ 593 milhões no total de tributos, em linha com o menor faturamento do exercício; e (iii) efeito positivo relacionado a CCRBT, na ordem de R\$ 264 milhões, como resultado da hidrologia do período e decisão de manutenção da bandeira verde até o final de novembro de 2020.

Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação, totalizaram R\$ 12,4 bilhões, 3,4 % superior ao valor registrado em 2019, de R\$ 12 bilhões. As principais variações são demonstradas a seguir:

Custos Não Gerenciáveis – Parcela A

No acumulado do ano, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 10,4 bilhões, 5,3% superior em R\$ 525 milhões ao valor registrado em 2019, de R\$ 9,9 bilhões. As principais variações são demonstradas a seguir:

- I. Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: aumento de 2,5% ou R\$ 208,1 milhões em 2020, em comparação a 2019, decorrente, principalmente, (i) do maior custo com compra de energia de Itaipu, em R\$ 731,7 milhões, decorrente da desvalorização cambial; e (ii) maior risco hidrológico registrado no período. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) menor custo de compra de energia (CCEE, CCEAR, Cotas); e (ii) menor custo de PROINFA.
- II.
- III. Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 19% ou R\$ 317,8 milhões, em comparação a 2019, decorrente, principalmente, de (i) maiores custos encargos com uso da rede básica, no valor de R\$ 171,9 milhões e com Encargos do Serviço do Sistema (incluindo ajustes referentes ao alívio retroativo), no valor de R\$ 131 milhões e; (ii) aumento no custo de transporte de energia Furnas/Itaipu, no valor de R\$24,1 milhões.

Despesas Operacionais

Em 2020, os custos gerenciáveis excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1,9 bilhão, valor 6,1% (R\$ 124,8 milhões) menor que o registrado em 2019. Esse resultado é reflexo, principalmente dos efeitos a seguir:

- I. Redução de R\$ 472,3 milhões na linha de previdência privada, decorrente da migração parcial de participantes do plano de pensão de benefício definido para o plano de contribuição definida;
- II. Menores custos com pessoal no valor de R\$ 39,1 milhões, resultado, sobretudo, de maior eficiência nas estruturas de apoio e digitalização de processos e do efeito positivo obtido com o programa de saída voluntária ("PSV") concluído em 2019, além de menores custos em decorrência do regime de teletrabalho, adotado em consequência da pandemia do Covid-19.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- I. Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 172,5 milhões, em decorrência, principalmente, (i) do aumento no volume de serviços frente as fortes chuvas registradas no 1T20; (ii) realização de melhorias e atualizações tecnológicas, principalmente em processos comerciais; (iii) maior execução nas atividades de manutenção da rede de distribuição e; (iv) da aquisição equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19.
- II. Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 131,5 milhões, sobretudo em decorrência da pandemia do COVID-19, levando a deterioração econômica no ano, além da suspensão dos cortes de energia por inadimplência (Resolução Normativa nº 878/20, da ANEEL), medida eficaz de combate a inadimplência. Mesmo após fim da validade da REN 878/20, os cortes seguiram suspensos no período, por decisão do PROCON;
- III. Aumento de R\$ 23,8 milhões na rubrica de provisão para processos judiciais e outros, devido principalmente à reversão de provisões ocorrida no 3T19 com processos antigos de causa ganha.

EBITDA

A seguir a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
Lucro Líquido do Período	589.836	491.907	19,9%
(+) Tributos sobre o Lucro (NE 28)	227.828	240.100	-5,1%
(+) Resultado Financeiro (NE 27)	487.677	421.231	15,8%
(=) EBIT	1.305.341	1.153.238	13,2%
(+) Depreciações e Amortizações	706.781	631.003	12,0%
(=) EBITDA	2.012.122	1.784.241	12,8%

Em 2020, a Companhia registrou um EBITDA de R\$ 2,7 bilhões, 14,1% superior ao exercício anterior. A variação apresentada é fruto de (i) impacto positivo da margem, decorrente, principalmente, do reajuste tarifário em julho de 2020; e (ii) dos ganhos com redução de despesas operacionais, sobretudo em função da migração do plano de pensão, conforme descrito anteriormente.

Resultado Financeiro

Em 2020, a Companhia reportou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 487,7 milhões, 15,8% superior ao registrado em 2019.

As principais variações registradas foram: (i) aumento de R\$ 107,6 milhões com custo dos juros líquidos do Plano de Pensão, decorrente do aumento na base de cálculo dos juros, e da forte alta do índice de reajuste utilizado (IGP-DI) acumulado, que atingiu 23,07% ao longo de 2020; (ii) menor atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em um montante de R\$ 98,2 milhões; (iii) aumento de R\$ 45,9 milhões em outras despesas financeiras, sobretudo reflexo do efeito negativo de R\$ 19,7 milhões com obrigação de consumidores referentes às Resoluções 250/07 e 368/09, devido a reversão, em 2019, do saldo de obrigação relacionada à devolução aos consumidores, após decisão legal, além de maior despesa financeira com revisão de faturas pagas; (iv) menor receita com atualização de créditos tributários, em R\$ 22 milhões e; (v) redução de R\$ 16,4 milhões em receita oriunda de aplicação financeira, consequência do menor saldo médio de caixa no período e da queda na taxa de juros⁶.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) efeito positivo da redução de R\$ 162,9 milhões com encargos da dívida (empréstimo, debêntures e mútuos), reflexo da queda na taxa de juros média do período; (ii) aumento de R\$ 60,1 milhões em receita oriunda de atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso; e (iii) menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, no montante de R\$ 54,2 milhões.

Tributos (IR/CSLL)

Em 2020, a variação nos tributos é resultado da menor base de cálculo registrada no exercício, além do efeito positivo do pagamento de juros sobre capital próprio, em 2020.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

A Dívida Bruta⁷ da Companhia encerrou 2020 em R\$ 5.452 milhões, um aumento de R\$ 1.613 milhões em relação a 2019. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 1.778 milhões, sendo R\$ 860 milhões referentes aos empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro realizados em março e abril de 2020 e R\$ 918 milhões referentes à confissão de dívida junto a Fundação CESP (Vivest) relativa ao processo de migração para plano de Contribuição Definida realizado em dezembro de 2020, somados às provisões de encargos no período no montante R\$ 145 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas no valor total de R\$ 398 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 77 milhões.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2020	2019	Var. %
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.452.013	3.838.805	42,0%
(-) Disponibilidades	(2.134.751)	(1.285.692)	66,0%
Dívida Líquida	3.317.262	2.553.114	29,9%

Em relação às liquidações realizadas em 2020, destacam-se o pagamento da 6ª emissão de nota promissória em 07 de março de 2020 no valor de R\$ 220 milhões, somados aos pagamentos de juros das 23ª e 24ª emissões de debêntures realizados nos meses de março, maio e novembro no montante de R\$ 142 milhões.

As disponibilidades fecharam 2020 em R\$ 2.135 milhões, ante R\$ 1.286 milhões em 2019, um aumento de R\$ 849 milhões devido principalmente ao recebimento dos recursos da Conta-COVID no valor de R\$ 1.389 milhões que compensou parcialmente os efeitos de menor demanda e maiores custos decorrentes da Pandemia do COVID, somados à compensação de impostos realizados no período. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 3.317 milhões, um aumento de R\$ 764 milhões em relação ao saldo de R\$ 2.553 milhões do ano anterior.

⁶ Em 2020, o CDI médio reportado foi de 2,75%, contra 5,96% em 2019.

⁷ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

A Companhia fechou o período com o custo médio da dívida no período de 3,44% a.a., ou CDI + 0,65% a.a e prazo médio de pagamento de 2,52 anos.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 14 e 15 das Demonstrações Contábeis referentes a 2020, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2020. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da companhia (23ª e 24ª emissão). Os índices são calculados seguindo disposições contratuais e segue o padrão IFRS.

INDICADORES FINANCEIROS

	2020
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	5.452.013
Fundo de Pensão	(150.672)
(-) Disponibilidades	(2.134.751)
Dívida Líquida	3.166.590
EBITDA (1) (12 meses)	2.702.301
(+) PDD	309.518
(+) Contingências	81.506
(+) Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	(445.749)
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	15.462
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão	2.663.038
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC06/IFRS 16)	(53.484)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(15.462)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	2.594.092

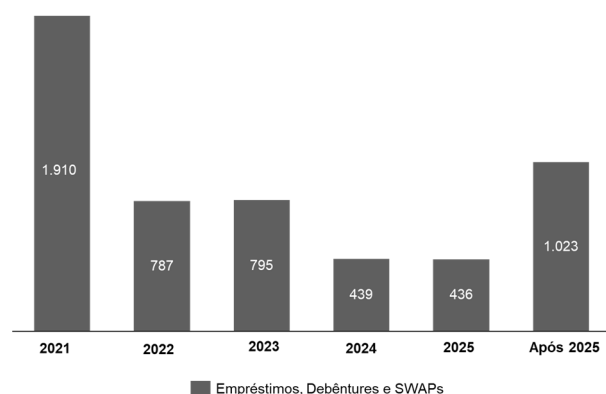
(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

Covenant Financeiro

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - 24ª Debênture	1,19
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,22

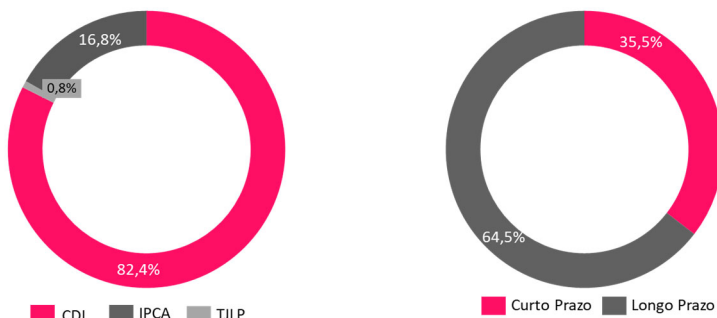
Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁸

Indexadores⁹



Abertura da Dívida Bruta

Curto/Longo Prazo



Rating da Companhia¹⁰

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
	Moody's	Aaa	Estável

Últimas atualizações: Fitch - set/2020; Moody's- set/2020

⁸ Fluxo composto por amortização de principal, juros acumulados e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro e não considera diferenças de premissas entre PREVIC e CVM (Resolução CVM 695/2012).

⁹ Não considera previdência.

¹⁰ Quadro considera ratings válidos em 31 de dezembro de 2020.

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. % (2)
Manutenção	433.084	430.619	0,6%
Crescimento	322.440	311.209	3,6%
Novas Conexões	175.830	65.450	168,6%
Financiado pela Companhia	931.355	807.278	15,4%
Financiado pelo Cliente	30.818	71.047	-56,6%
Total (1)	962.173	878.325	9,5%

(1) Não considera montante de estoque de materiais

Em 2020, a Companhia investiu R\$ 962,2 milhões, montante 9,5% superior ao investido 2019, alocados, principalmente, em atividades de manutenção, que visam à melhoria da confiabilidade operacional e redução das ocorrências na rede, e crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema. A maior variação, contudo, foi no investimento em novas conexões, em um montante 168,6% superior ao registrado em 2019, em decorrência da adição de novas ligações e religação de clientes pré-existentes. Do total investido, R\$ 931,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 30,8 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

6

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

A Companhia integra todos os compromissos públicos assumidos pela Enel, como o apoio aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e com metas públicas relacionadas à ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 7 – Energia Limpa e Acessível, ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Econômico, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 13 – Ação Contra a Mudança Climática. Todas as iniciativas refletem o objetivo de incorporar a sustentabilidade nos processos de negócios e na estratégia da empresa, aumentando a vantagem competitiva por meio de uma perspectiva de valor compartilhado que atenda simultaneamente aos objetivos da empresa e às prioridades das partes interessadas, assegurando benefícios sociais ao processo de criação de valor e geração de resultados.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2020, a holding apoiou os países de sua área de atuação no enfrentamento e na redução dos danos causados pela Covid-19. No Brasil, com a campanha #JuntosNaMesmaEnergia, foi lançado um pacote de iniciativas que destinou R\$ 23,4 milhões para diversas ações em várias frentes no país, incluindo a doação de R\$ 3 milhões para produção de testes rápidos pela Fiocruz, distribuição de cestas básicas, alimentos, itens de higiene, EPIs, máscaras de proteção cirúrgicas e leitos de unidades de terapia intensiva. A Enel apoiou a geração de renda de pequenos produtores por meio da produção de máscaras e cobertores de proteção que foram doados à população. A empresa adaptou seus projetos de sustentabilidade para que as comunidades fossem atendidas durante o período de isolamento social, realizou diversas oficinas e atividades online, além de promover a eficiência energética em 14 hospitais que cuidam de pacientes com Covid no país. Por meio de seu portal de voluntariado, Rede do Bem, foram realizadas campanhas de incentivo à participação de colaboradores e clientes em ações como: doação para a produção de testes rápidos pela Fiocruz; doação, em sistema virtual de crowdfunding, para instituições sociais de cinco estados brasileiros, entre outros. Essas ações envolveram mais de 1.000 voluntários.

Em 2020, a Enel Distribuição São Paulo desenvolveu 72 projetos, com um investimento de cerca de R\$ 38 milhões, beneficiando diretamente 360 mil pessoas e gerando mais de R\$ 700 mil de renda. Entre estes projetos, destacam-se:

Plano de Doação Covid-19 #JuntosNaMesmaEnergia: Foram doadas 95 toneladas de alimentos, beneficiando mais de 30.000 pessoas; 1.800 kits com 4 máscaras de tecido que foram produzidas por grupos produtivos locais e que além de ajudar a população a se prevenir da Covid-19, ainda gerou renda para as costureiras; 8.000 testes rápidos para o Hospital das Clínicas; 5.400 luvas e aventais para a Prefeitura de Carapicuíba e mais 11 mil produtos de higiene pessoal e álcool em gel. Foram também disponibilizadas 04 scooters elétricas com o apoio da Enel X para facilitar a logística de distribuição de marmitas, na comunidade de Paraisópolis, que beneficiaram aproximadamente 18 mil pessoas. Além dessas ações, foram iniciadas obras de eficiência energética em 5 Hospitais Públicos e Privados que atendem pacientes com Covid-19, gerando uma economia aproximada de 7.397,23 MWh/ano.

Hortas em Rede: Esse projeto tem o objetivo de proporcionar oportunidades às comunidades vulneráveis, como capacitação, trabalho e renda, através do cultivo de hortaliças em espaços subutilizados, como as faixas de servidão das linhas de transmissão da empresa. Através do Plano de Doação Covid-19, a Enel comprou 22 toneladas de alimentos orgânicos para doação em comunidades vulneráveis, com isso foram apoiadas as comunidades com a distribuição de alimentos e os agricultores urbanos com a geração de renda, que por meio da empresa, conseguiram comercializar toda a sua produção.

Enel Compartilha Eficiência: O programa finalizou em 2020 obras de melhorias em 3 Hospitais, 2 Prédios Públicos e 1 projeto de iluminação pública, onde foram executadas ações de troca de iluminação, eficiência do sistema de ar-condicionado e instalação de geração fotovoltaica. Destacamos a inauguração das obras do Hospital Geral do Grajaú que teve mais de 4 mil lâmpadas substituídas e 1 chiller que gerou uma redução de 1.418 MWh/ano e uma economia de R\$ 646 mil ao ano nas faturas de energia do hospital. Foi realizada também a doação e instalação de uma árvore solar para a inauguração da Praça da Cidadania na Comunidade de Paraisópolis.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Através de um diagnóstico energético aplicado em clientes moradores de comunidades, são avaliadas as condições de suas geladeiras, iluminação e critérios para serem enquadrados na Tarifa Social de Energia Elétrica. Nessa ação foram substituídas 2.481 geladeiras, 42.244 lâmpadas e 30.845 clientes foram cadastrados para receber o desconto na fatura de energia (TSEE). Essas iniciativas contribuem com a redução de consumo de energia e aumenta a capacidade de pagamento dos clientes com maior vulnerabilidade social.

Enel Compartilha Liderança em Rede: É um programa que reúne lideranças locais em reuniões mensais com o objetivo de formar parcerias e construir uma relação de proximidade entre a empresa e as comunidades onde atua, impulsionando o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, em torno de redes de ação integrada, desenho e implantação de projetos que compartilhem soluções para problemas comuns. Em 2020, a rede encerrou o ano com 170 líderes ativos e 5 frentes ativas.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O projeto utiliza o conceito de Economia circular para desenvolver e apoiar projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos produtivos, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado e respeito ao meio ambiente.

Ecoenel: Iniciativa de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Em 2020, o programa arrecadou mais de 1.118 toneladas de resíduos, em 10 ecopontos distribuídos na área de concessão da empresa, além de ter gerado um bônus aos clientes em forma de desconto na fatura de energia elétrica no valor de R\$ 262 mil. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 4 milhões de kWh em energia e foi evitada a emissão de mais de 3,5 toneladas de CO₂.

Rede do Bem: Lançada em 2012, a Rede do Bem, programa de voluntariado da Enel no Brasil, estimula a cidadania e a cultura de engajamento social, através de campanhas, mutirões e doações, com apoio de uma plataforma digital que permite aos colaboradores da empresa serem protagonistas das atividades. Em 2020, foram engajados 1.659 voluntários(as) e beneficiadas mais de 20 mil pessoas. Além das diversas ações voltadas para apoio ao combate do COVID-19, outro destaque foi a ação Mulheres de Energia, voltada para a promoção da equidade de gênero, que alcançou 768 beneficiados em colégios e universidades.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) o programa se divide em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2020 alcançou o total de 5.442 participantes em 27 atividades de engajamento.

Parceiro Responsável: Desde 2007, esse programa desenvolve a cadeia de suprimentos da Enel sobre sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. Em 2020, foram capacitadas 1.206 pessoas de 364 empresas fornecedoras, além de 133 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Em 2020, a Enel realizou o 2º Ciclo de DDDH para identificar riscos, impactos e oportunidades de melhoria em suas atividades no Brasil. A metodologia envolveu todos os principais stakeholders e identificou o nível de 95% de integração das políticas da Enel aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada no 1º Ciclo de DDDH, de 2017, e gerou um Plano de Ação de melhorias para os próximos 2 anos, que será monitorado pelo Comitê Executivo da Enel.

Iniciativas de Sustentabilidade também estão presentes no **Urban Futurability**, que visa implementar na Vila Olímpia o mais completo projeto de transformação digital liderado por uma empresa de energia elétrica na América do Sul. Neste projeto, mais de 40 iniciativas de digitalização e inteligência artificial para gestão da rede de energia, inéditas na América do Sul, serão implementadas na região. Por meio da Análise de Contexto Social Econômico e Ambiental na Região da Vila Olímpia, que forneceu um retrato da área do projeto identificando vulnerabilidade e oportunidades, iniciativas de Sustentabilidade tem a proposta de cooperar com os principais stakeholders para cocriar mais valor para a cidade, cidadãos e empresas daquela localidade.

Certificações

A Enel Distribuição São Paulo conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia, a 37001 em gestão antissuborno e a 55001 em gestão de ativos.

Saúde e Segurança do Trabalho

A segurança dos colaboradores, prestadores de serviços e da comunidade é prioridade no desenvolvimento das atividades da Companhia. A gestão dos indicadores de segurança segue a norma brasileira NBR 14.280 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que define critérios para o registro, comunicação, estatística, investigação e análise de acidentes do trabalho, suas causas e consequências, aplicando-se a quaisquer atividades laborativas. Os indicadores, conforme a NBR 14.280, estão apresentados a seguir:

	Próprios		Parceiros	
	2019	2020	2019	2020
Fatal - Típico	0	0	0	0
Acidentes Típico (com afast.)	33	18	19	16
Acidentes Típico (sem afast.)	17	14	36	30
Taxa de Frequência - TF	3,53	2,74	3,82	3,48
Taxa de Gravidade - TG	33	25	47	46

A performance dos indicadores conforme norma brasileira mostra a melhora do desempenho com equipes próprias e contratadas, fruto das ações preventivas do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho. A Companhia tem intensificado programas de Avaliação e de Suporte, de forma periódica para as equipes próprias e para as empresas contratadas.

Segurança da População

No ano de 2020 foram reportados 88 acidentes com a população, o que representa um decréscimo de 13% se comparado com o ano de 2019. A maior parcela dos acidentes ocorreu em atividades informais de construção civil, nas quais as vítimas eram trabalhadores autônomos e com baixo grau de especialidade (ausência de equipamentos de proteção individual na realização de tarefas, vestimenta inadequada, etc). Os acidentes em construção civil foram os que mais contribuíram para as fatalidades com população envolvendo a rede elétrica. Em 2020, ocorreram 17 fatalidades com a população, principalmente em contatos acidentais e construção e manutenção.

A Companhia realiza esforços de mitigação e prevenção de acidentes com a população alinhados ao seu valor número 1, segurança, sendo (i) plano de segurança com o uso de mídias de massa (TV, rádio e blitz em construção civil) e (ii) programa de segurança para conscientização da população (palestras de segurança nas escolas, ONGs e empresas, entrega de folhetos, etc.). Não obstante, verifica-se que a maioria dos acidentes ocorre em construções irregulares que acabam avançando em direção à rede elétrica, já instalada, desrespeitando as distâncias mínimas de segurança.

O Programa de Segurança da Companhia está focado em ações proativas que promovam o fortalecimento da cultura de segurança e comportamento seguro, realizado com base nos requisitos do Sistema de Gestão

de Segurança e Saúde do Ocupacional, certificado conforme a norma internacional ISO 45001 e na Política do Sistema de Gestão Integrado.

7

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Principais premiações recebidas em 2020

Prêmio ‘Valor Inovação’, do jornal Valor Econômico

A Enel Brasil está entre as cinco empresas mais inovadoras do setor elétrico do País. O prêmio busca incentivar e reconhecer os esforços bem-sucedidos em inovações e em práticas de gestão da inovação, em âmbito nacional. Essa conquista reforça que os projetos e ações inovadores da Enel contribuem significativamente com avanços para o setor elétrico.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal. A próxima premiação 2020/2021 será divulgada no final de 2021.

Galeria de Notáveis 2020 da Money Report - Sustentabilidade

Nicola Cotugno - country manager da Enel Brasil – foi selecionado para a Galeria de Notáveis na categoria de Sustentabilidade na 5ª edição do prêmio promovido pela revista Money Report, organização que anualmente seleciona as empresas, organizações e personalidades que fizeram a diferença para o país.

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2020, fomos destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Prêmio Abrafac 2020

A Associação Brasileira de Facilities (Abrafac) reconheceu a Enel Brasil em três diferentes categorias do 15º Prêmio Abrafac de Melhores do Ano. Conquistamos o 1º lugar na categoria de Serviços com o aplicativo Mobicity, e o 2º lugar nas categorias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade com o projeto “Construções Sustentáveis – Certificação AQUA-HQE no Centro de Excelência Operacional da Enel RJ” e na categoria de Tecnologias com o projeto “Gestão de serviços através de novas tecnologias – Software de limpeza e manutenção predial”.

Prêmio Nacional de Gestão de Ativos

A Enel Brasil se destacou mais uma vez no único Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (Egaese), no país. O Grupo foi premiado nas categorias de Atividades do Ciclo de Vida, Gestão Estratégica e Impactos Regulatórios, com os três projetos enviados para a premiação. O encontro reuniu cerca de 300 especialistas e executivos de empresas de geração, transmissão e distribuição do Brasil e do mundo, além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Inova 2030 - Jovens Inovadores em ODS

A Enel foi selecionada para participar desse programa de aceleração do Pacto Global voltado a jovens profissionais que querem solucionar um desafio do negócio e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto selecionado, apresentado por três jovens da empresa e que se desenvolverá em 2021, será utilizar um sistema inteligente de monitoramento, com soluções de consumo

consciente e economia circular, num contexto onde os clientes têm dificuldade de mensurar os gastos com energia e precisam adequá-los ao seu orçamento familiar.

Prêmio Abradee – Edição Especial 2020

Devido à pandemia de Covid-19 e os desafios impostos ao setor, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica promoveu uma edição especial do Prêmio Abradee, não realizando uma competição entre as empresas. Foi feita uma homenagem às equipes de campo e colaboradores, com representantes de todas as distribuidoras, que trabalharam na linha de frente para levar até o cliente energia de qualidade e com segurança.

Prêmio Aberje - Regional Sudeste

A Enel Distribuição São Paulo venceu a etapa regional do Prêmio Aberje com o case 'Urban Futurability: O desafio de trazer o futuro no presente', na categoria eventos. A premiação promovida pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), tem o objetivo de promover e divulgar os esforços e as iniciativas na área da comunicação empresarial em todo o país.

Prêmio Cliente SA

A Enel Distribuição São Paulo foi Prata no Prêmio Cliente SA, que tem como objetivo reconhecer as melhores práticas nas relações com o cliente no Brasil. O case da Enel "Transparência e autonomia na palma da mão" ficou em 2º lugar na categoria "Líder em estratégia direcionada ao cidadão". O projeto é pautado na autonomia e transparência junto aos clientes que têm necessidade de entender o racional de suas cobranças mensais.

8**RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES****AUDITORIA INDEPENDENTE**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2020 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A remuneração total da KPMG pelos serviços prestados de auditoria externa em 2020 foi de R\$ 1.159.358,00.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

9**INFORMAÇÕES CORPORATIVAS****Composição do Conselho de Administração**

- Guilherme Gomes Lencastre - Presidente
- Britaldo Pedrosa Soares - Vice-Presidente
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Guilherme Gomes Lencastre
- Nicola Cotugno
- Regina Lucia Strepeckes
- Márcia Sandra Roque Vieira
- Ana Claudia Gonçalves Rebello
- Gino Celentano

Composição da Diretoria Estatutária

- Max Xavier Lins - Diretor-Presidente

- Raffaele Enrico Grandi - Diretor de Administração, Finanças e Controle e Diretor de Relações com Investidores
- Rosario Zaccaria - Diretor de Infraestrutura e Redes
- Marcia Sandra Roque Vieira Silva – Diretora de Mercado
- Ana Claudia Gonçalves Rebello – Diretoria Jurídica
- Alain Rosolino – Diretor de Pessoas e Organização
- Anna Paula Hiotte Pacheco – Diretora de Regulação
- José Nunes de Almeida Neto – Diretor de Relações Institucionais
- Márcia Massotti Carvalho – Diretora de Sustentabilidade
- Flavia da Silva Baraúna – Diretora de Serviços
- Margot Frota Cohn Pires – Diretora de Compras
- Janaina Savino Vilella – Diretora de Comunicação
- Vago – Diretoria de Segurança Patrimonial
- Vago – Diretoria de Planejamento e Engenharia

Relações com Investidores

- Raffaele Enrico Grandi - Diretor de Relações com Investidores
- Isabel Regina Barroso de Alcantara - Relações com Investidores
brasil.investorrelations@enel.com

Contador Responsável

- Renato Resende Paes - CRC - SP308201

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.095.811	1.280.195
Investimentos de curto prazo	4	38.940	5.496
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	2.375.690	2.336.244
Contas a receber - acordos	5	414.990	145.349
Operações com instrumento derivativo	31.1	23.718	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	53.496	68.086
Outros tributos compensáveis	7	917.394	697.049
Almoxarifado operacional		29.481	15.830
Ativos financeiros setoriais	10	906.507	1.629.162
Despesas pagas antecipadamente		44.042	33.166
Serviços em curso		241.631	188.528
Outros ativos circulantes		260.292	195.031
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		7.401.992	6.594.136
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	24.079	26.114
Contas a receber - acordos	5	12.155	8.605
Operações com instrumento derivativo	31.1	95.656	49.881
Outros tributos compensáveis	7	6.177.141	4.495.140
Depósitos judiciais e cauções	18	802.277	808.869
Tributos diferidos	8.1	4.963.502	4.423.260
Ativos financeiros setoriais	10	680.881	460.099
Investimentos - Bens e direitos para uso futuro		42.857	42.857
Outros ativos não circulantes		80.429	41.715
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	9.4	62	64
Imobilizado	9.1	10.818.156	10.853.680
Intangível	9.2	349.188	312.242
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		24.046.383	21.522.526
TOTAL DO ATIVO		31.448.375	28.116.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Notas	31.12.2020	31.12.2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	12	2.513.678	1.878.554
Empréstimos e financiamentos	14.1	1.238.230	230.884
Debêntures	14.1	722.624	42.624
Arrendamento financeiro	14.1	14.807	21.059
Subvenções governamentais		2.555	3.273
Outros tributos a pagar	13	516.114	515.091
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		60.834	214.054
Obrigações sociais e trabalhistas		117.246	134.354
Encargos setoriais	17	445.232	419.534
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	8.735	12.358
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	355.807	342.811
Provisão para processos judiciais e outros	16.1	168.917	348.486
Passivos financeiros setoriais	10	1.032.194	978.979
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operações com instrumento derivativo		3.000	1.274
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	781.381	578.763
Outros passivos circulantes		359.718	295.140
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		8.348.414	6.024.580
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	14.1	613.482	43.539
Debêntures	14.1	2.994.051	3.570.365
Arrendamento financeiro	14.1	21.679	35.922
Subvenções governamentais		2.660	5.215
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.688.417	5.982.423
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-
Contas a pagar - acordo Eletrobras		700.833	1.019.775
Provisão para processos judiciais e outros	16.1	762.056	573.606
Encargos setoriais	17	27.561	34.553
Passivos financeiros setoriais	10	532.303	537.633
Reserva de reversão		36.714	44.056
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		6.529.143	4.395.313
Outros passivos não circulantes		133.883	77.598
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	12	1.937.851	1.988.798
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.980.633	18.308.796
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	20.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	20.4	2.268.430	2.268.430
Ações em tesouraria	20.2	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5	1.071.871	1.300.364
Outros resultados abrangentes	20.5	(4.522.116)	(3.033.955)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	20.6	759.823	470.629
Reservas de lucros		367.903	367.903
Prejuízos acumulados		(906.108)	(669.610)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.119.328	3.783.286
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.448.375	28.116.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	Notas	REGULATÓRIO	
		31.12.2020	31.12.2019
Receita	22		
Fornecimento de energia elétrica		9.822.103	11.870.742
Energia elétrica de curto prazo		142.625	262.064
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		10.977.384	10.236.087
Ativos e passivos financeiros setoriais		849.867	(130.558)
Serviços cobráveis		15.502	13.006
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		490.934	454.445
Receita de construção		-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão		-	-
Outras receitas		165.538	145.391
Tributos	22		
ICMS		(3.935.754)	(4.133.537)
PIS-PASEP		(308.015)	(378.332)
COFINS		(1.419.198)	(1.744.069)
ISS		(168)	(188)
Encargos - Parcela "A"	22		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(71.118)	(67.862)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(71.118)	(67.862)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.239.565)	(2.514.721)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(19.429)	(16.342)
Outros encargos		(32.376)	(190.027)
RECEITA LÍQUIDA		14.367.212	13.738.237
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(8.217.260)	(7.940.730)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(224.518)	(292.901)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.990.586)	(1.672.827)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		3.934.848	3.831.779
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	25	(668.835)	(707.902)
Entidade de previdência privada	25	445.749	(26.502)
Material		(83.940)	(58.260)
Serviços de terceiros		(608.804)	(462.032)
Arrendamento e aluguéis		(54.421)	(59.683)
Seguros		(7.673)	(4.708)
Doações, contribuições e subvenções		(8.524)	(7.921)
Custo de construção		-	-
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	6	(470.023)	(338.570)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(81.506)	(57.745)
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(172.622)	(151.757)
(-) Recuperação de despesas		1.004	14.645
Tributos		(49.288)	(49.749)
Depreciação e amortização		(706.781)	(631.003)
Outros custos operacionais	26	(163.843)	(137.354)
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.305.341	1.153.238
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	27	458.180	472.354
Despesas financeiras	27	(942.660)	(892.831)
Variações cambiais, líquidas	27	(3.197)	(754)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		817.664	732.007
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes	8.2/28	-	22.287
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	8.2/28	(227.828)	(262.387)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		589.836	491.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	589.836	491.907
Outros resultados abrangentes		
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(2.238.426)	(2.072.375)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	28.208	(24.897)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	751.474	713.072
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(44.570)	40.650
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	15.154	(13.820)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	(1.488.160)	(1.357.370)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(898.324)	(865.463)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital					Reservas de lucros						
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ações em Tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.823.486	20.573	670.897	-	(49.236)	681.016	(1.676.585)	196.766	-	-	(445.971)	2.220.946
Resultado abrangente total:												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491.907	491.907
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	(2.097.272)	-	-	-	-	(2.097.272)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	713.072	-	-	-	-	713.072
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	40.650	-	-	-	-	40.650
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(13.820)	-	-	-	-	(13.820)
Transações com os acionistas:												
Aumento de capital	256.039	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	256.039
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(20.573)	(28.663)	-	49.236	-	-	-	-	-	-	-
Resgate compulsório das ações remanescentes	-	-	(255.909)	-	-	-	-	-	-	-	-	(255.909)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(213.923)	(213.923)
Enel Sudeste - Benefício fiscal proveniente da incorporação	-	-	1.881.558	-	-	-	-	-	-	-	-	1.881.558
Enel Sudeste - Incorporação - Acervo cindido	-	-	-	547	-	-	-	-	-	-	-	547
Dividendos não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227	227
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	470.629	(470.629)	-
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(211.994)	-	-	-	-	211.994	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	72.078	-	-	-	-	(72.078)	-
Reserva de reavaliação - Complemento da BRR - 5CRTP	-	-	-	-	-	1.150.400	-	-	-	-	-	1.150.400
Imposto de renda e contribuição social sobre complemento da BRR - 5CRTP	-	-	-	-	-	(391.136)	-	-	-	-	-	(391.136)
Constituição de reserva especial para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	171.137	-	(171.137)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	-	2.267.883	547	-	1.300.364	(3.033.955)	196.766	171.137	470.629	(669.610)	3.783.286
Resultado abrangente total:												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	589.836	589.836
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	(2.210.218)	-	-	-	-	(2.210.218)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	751.474	-	-	-	-	751.474
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(44.570)	-	-	-	-	(44.570)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	15.154	-	-	-	-	15.154
Transações com os acionistas:												
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(470.629)	-	(470.629)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.200)	(36.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.300)	(195.300)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.834)	(60.834)
Dividendos não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129	129
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	759.823	(759.823)	-
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(341.961)	-	-	-	-	341.961	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	116.267	-	-	-	-	(116.267)	-
Reserva de reavaliação - Complemento da BRR - 5CRTP	-	-	-	-	-	(4.240)	-	-	-	-	-	(4.240)
Imposto de renda e contribuição social sobre complemento da BRR - 5CRTP	-	-	-	-	-	1.441	-	-	-	-	-	1.441
Constituição de reserva especial para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	-	1.071.871	(4.522.115)	196.766	171.137	759.823	(906.108)	2.119.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2020	31.12.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	589.836	491.907
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	720.301	631.003
Variações monetárias	23.784	(1.221)
Variações cambiais - instrumento derivativo	(25.517)	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	502.204	355.621
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	106.390	85.827
Atualização acordo Eletrobras	45.737	99.914
Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	302.329	323.268
Juros sobre operação com instrumento derivativo	3.955	(92)
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	(49.885)	-
Benefícios pós-emprego	(11.126)	336.310
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(1.929)	(1.760)
Baixa de ativo imobilizado/intangível	165.008	171.645
Tributos e contribuições sociais diferidos	227.828	262.387
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(434.316)	(335.935)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(21.394)	(22.753)
Outros tributos compensáveis	(1.902.346)	(4.977.808)
Almoxarifado	(13.651)	15.635
Serviços em curso	(53.103)	(49.525)
Contas a receber - acordos	(374.812)	(59.841)
Despesas pagas antecipadamente	(10.876)	9.974
Outros ativos circulantes e não circulantes	(115.527)	26.790
Ativo e passivo financeiro setorial	501.873	592.653
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	1.482.581	1.063.441
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.336.448	4.974.076
Outros tributos a pagar	45.828	35.393
Obrigações sociais e trabalhistas	(17.108)	(56.405)
Encargos setoriais	32.355	14.793
Passivo financeiro setorial	47.885	(550.860)
Outros passivos circulantes e não circulantes	113.521	90.221
	4.216.273	3.524.658
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(163.138)	(308.944)
Pagamento de juros de arrendamento financeiro	(5.892)	(9.236)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(4.353)	(7.865)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.861)	(16.672)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(578.598)	(345.467)
Pagamento de processos judiciais e outros	(149.354)	(108.416)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(1.339)	50
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(351.683)	(337.909)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.955.055	2.390.199
Atividades de investimentos:		
Aquisições de imobilizado e intangíveis	(1.807.671)	(1.747.289)
Consumidores participação financeira	18.297	133.976
Aplicações em investimento de curto prazo	(80.236)	(3.446)
Resgates de investimento de curto prazo	49.251	4.405
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(15.690)	(236.237)
Recebimento de venda de ativo imobilizado	6.878	11.757
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.829.171)	(1.836.834)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	859.997	2.215.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(230.643)	(2.380.716)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(19.800)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(23.568)	(24.462)
Aumento de capital	-	256.039
Resgate compulsório de ações	-	(255.909)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(916.054)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(310.268)	(209.848)
Variação do caixa e equivalentes de caixa	815.616	343.517
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.280.195	936.678
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.095.811	1.280.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo", ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

A partir de outubro de 2020 foi possível observar a retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação do comércio. O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações contábeis, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos foram repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu até o final deste exercício o montante de R\$159.795. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial de acordo com a sua competência.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 102.229, referentes às competências de abril, maio e junho de 2020. Tais montantes foram devidamente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo registrados na receita operacional (subvenção de recursos da CDE).

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B", conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389.232, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta Covid.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação aos efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

1.2 Reestruturação societária realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em 6 de novembro de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a operação de incorporação reversa da Companhia com sua então controladora direta, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (“Enel Sudeste”). A operação consistiu na incorporação, pela Companhia, da totalidade do patrimônio líquido da Enel Sudeste, a valor contábil (“Incorporação”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Incorporação, alinhada com a estratégia de otimização das estruturas societárias e de negócios do grupo Enel no Brasil, pretende reduzir custos em áreas administrativas e com o cumprimento de obrigações acessórias, além de tornar a administração conjunta mais eficiente, o que se espera resultar em benefícios de natureza patrimonial e financeira para o grupo Enel e a Companhia.

O principal efeito dessa incorporação nos registros contábeis da Companhia em 2019 foi o reconhecimento do benefício fiscal no montante de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta “Reserva de capital”, no patrimônio líquido (vide notas explicativas nºs 9.3 e 21.3).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 35 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais estimativas presentes nas demonstrações contábeis regulatórias são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD); ativos fiscais diferidos; provisões para processos judiciais e outros; benefícios pós-emprego e receita não faturada.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados - vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

3.1.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- a) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- b) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- c) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- d) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos | IFRS16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) não foram refletidas para fins regulatórios.

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidencição e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1º de janeiro de 2021
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Já quanto aos investimentos de curto prazo os mesmos são classificados como valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável: Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	2019	2018
Numerário disponível		20.074	76.330
Numerário em trânsito	4.1	205.354	76.388
CDB-DI	4.2	1.054.767	783.960
Total		1.280.195	936.678

Investimentos de curto prazo:

		2019	2018
CDB-DI	4.2	3.518	861
Fundo de investimento		1.978	3.895
Total		5.496	4.756
Total geral		1.285.691	941.434

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2019, que foram transferidas para a Companhia somente no início de 2020 cujos montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2020.
- 4.2 O aumento está principalmente relacionado, pela decisão judicial mencionada na nota explicativa nº 17.2 (c.15), que determinou o bloqueio de parte dos investimentos da Companhia.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (Redução ao valor recuperável): Está constituída com base nas prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Os critérios utilizados atualmente pela Companhia para constituição das perdas estimadas são aqueles estabelecidos pela ANEEL sendo: (i) consumidores da classe residencial com faturas vencidas há mais de 90 dias; (ii) consumidores da classe comercial com faturas vencidas há mais de 180 dias; (iii) consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais de 360 dias. Contudo, existem casos de consumidores com débitos relevantes para os quais a Companhia efetua análise individual. A análise individual, desde que devidamente embasada, deverá sobrepor a regra geral detalhada anteriormente, para fins de eventuais registros de perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa. Créditos de consumidores registrados nas contas a receber (revisão de fatura) não são sujeitos à estimativa de perda.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram registrados em perda são registrados a crédito na rubrica de “Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.1 A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros (correntes e renegociados), conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS								Total 2020	Total 2019
	Corrente a vencer	Corrente vencida				PECLD	Total de consumidores, revendedores e outros	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		PECLD	Total de valores renegociados			
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			até 60 dias	mais de 60 dias	até 60 dias	mais de 60 dias					
CIRCULANTE																
Consumidores - distribuição de energia:																
Residencial	511.605	480.415	133.665	2.249	2.773	(139.581)	991.126	146.790	195.969	58.529	305.832	(368.991)	338.129	1.329.255	1.031.875	
Industrial	52.993	39.849	5.300	8.684	5.159	(5.265)	106.720	8.335	8.410	3.392	28.548	(19.100)	29.585	136.305	140.790	
Comercial	238.866	90.333	14.722	5.659	1.193	(5.823)	344.950	15.661	25.041	6.749	31.301	(34.398)	44.354	389.304	439.719	
Rural	257	160	27	56	-	-	500	40	68	16	18	(16)	126	626	464	
Poderes públicos	38.094	11.001	616	497	180	(206)	50.182	753	1.501	205	233	(142)	2.550	52.732	69.985	
Iluminação pública	3.303	1.287	13	16	1	-	4.620	45	80	14	4	(2)	141	4.761	9.441	
Serviço público	39.704	436	3	2	1	-	40.146	35	65	-	20	(15)	105	40.251	33.192	
Serviço cobráveis	235	601	100	5	6	(102)	845	-	-	-	-	-	-	845	8.890	
Encargos de uso da rede	3.679	-	10	134	-	-	3.823	-	-	-	-	-	-	3.823	3.545	
Fornecimento não faturado	894.754	-	-	-	-	-	894.754	-	-	-	-	-	-	894.754	866.332	
Participação financeira do consumidor	3.942	89	63	94	198	-	4.386	-	-	-	-	-	-	4.386	911	
(-) Arrecadação Processo Classif. ⁽¹⁾	(32.121)	(63.393)	(605)	(255)	(78)	-	(96.452)	-	-	-	-	-	-	(96.452)	(135.192)	
Revendedores e outros:																
Energia no curto prazo - CCEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ressarcimento - leilões de energia	30.090	-	-	-	-	-	30.090	-	-	-	-	-	-	30.090	11.641	
TOTAL - CIRCULANTE	1.785.401	560.778	153.914	17.141	9.433	(150.977)	2.375.690	171.659	231.134	68.905	365.956	(422.664)	414.990	2.790.680	2.481.593	
NÃO CIRCULANTE																
Consumidores - distribuição de energia:																
Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	8.524	-	-	(1.446)	7.078	7.078	1.902	
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	1.028	-	-	(65)	963	963	1.536	
Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	5.193	-	-	(1.468)	3.725	3.725	4.535	
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Poderes públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	343	-	-	-	343	343	610	
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	-	24.079	-	27	-	-	-	27	24.106	26.136	
Serviço público	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19	19	-	
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	-	24.079	-	15.134	-	-	(2.979)	12.155	36.234	34.719	
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.785.401	560.778	153.914	17.141	33.512	(150.977)	2.399.769	171.659	246.268	68.905	365.956	(425.643)	427.145	2.826.914	2.516.312	

(*) Os saldos de arrecadação em fase de processo de classificação, para fins societários, são realocados para as classes de consumo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber - acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A Companhia classifica os saldos das contas a receber – acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa: A constituição é realizada pelo montante total em aberto do acordo quando a parcela mais antiga vencida atingir os prazos divulgados na nota explicativa nº 6 (conforme classe do consumidor). Os valores são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for igual ou superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente com o plano, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	2020	2019
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores		837.654	467.655
Subtotal		837.654	467.655
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6	(422.664)	(322.306)
Saldo líquido de PECLD		414.990	145.349
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores		15.134	10.321
Subtotal		15.134	10.321
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6	(2.979)	(1.716)
Saldo líquido de PECLD		12.155	8.605
Total circulante + não circulante		427.145	153.954

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, geradas principalmente em função da deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Visando atenuar o aumento da inadimplência, a Companhia adotou medidas internas de contingência extraordinária, onde foi proposto facilitar o parcelamento das faturas de energia, a partir de um dia de atraso em até 12 vezes, fato este que gerou um aumento significativo na rubrica “contas a receber – acordos”.

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 2020
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	386.452	98.640	367.696	852.788
Subtotal	386.452	98.640	367.696	852.788
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(56.312)	(23.282)	(346.049)	(425.643)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	330.140	75.358	21.647	427.145

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 2019
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	149.705	50.446	277.825	477.976
Subtotal	149.705	50.446	277.825	477.976
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(24.366)	(24.386)	(275.270)	(324.022)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	125.339	26.060	2.555	153.954

6. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2020
Consumidores	5.1	(92.365)	(396.905)	338.293	(150.977)
Contas a receber - acordos	5.2	(324.022)	(101.621)	-	(425.643)
Outros créditos - serviços prestados		(1.543)	(3.678)	757	(4.464)
Total		(417.930)	(502.204)	339.050	(581.084)
Circulante		(416.213)			(578.014)
Não circulante		(1.717)			(3.070)
Total		(417.930)			(581.084)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2018	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2019
Consumidores	5.1	(83.123)	(273.383)	264.141	(92.365)
Contas a receber - acordos	5.2	(242.240)	(81.782)	-	(324.022)
Outros créditos - serviços prestados		(1.584)	(456)	497	(1.543)
Total		(326.947)	(355.621)	264.638	(417.930)
Circulante		(324.955)			(416.213)
Não circulante		(1.992)			(1.717)
Total		(326.947)			(417.930)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	Nota	2020	2019
Provisões/Reversões		(502.204)	(555.193)
Receita com recuperação de perdas	6.1	32.181	17.051
Despesa com PECLD		(470.023)	(338.570)

6.1 Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda (critério fiscal).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Contribuição social		12.321	4.452
Imposto de renda	7.1	34.317	47.300
Imposto de renda retido na fonte		6.858	16.334
Total		53.496	68.086
Outros tributos compensáveis			
		2020	2019
CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	19	781.381	578.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		101.178	89.978
ICMS - Compra de créditos		1.500	1.747
COFINS		26.327	20.770
PIS		6.948	5.734
INSS		60	57
Total		917.394	697.049
NÃO CIRCULANTE			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	19	6.107.700	4.426.554
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		69.441	68.586
Total		6.177.141	4.495.140
Total		7.094.535	5.192.189

- 7.1** O saldo em 31 de dezembro de 2019 está principalmente representado pelo crédito registrado em março de 2019, decorrente de decisão judicial favorável, transitada em julgado, proferida em ação movida pela Companhia, em 2011, pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro das despesas incorridas com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. O pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal e a Companhia efetuou a compensação com a COFINS, com vencimento em agosto de 2020, no valor de R\$ 44.847.

Quanto ao saldo de R\$34.317 em 31 de dezembro de 2020, é composto principalmente pela antecipação do imposto de renda apurado em março de 2020. Por ter apresentado prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2020, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações, após a entrega da declaração de imposto de renda, a ser realizada em 2021.

8. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	2020	2019
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	8.2	2.954.506	2.342.604
Benefício fiscal do ágio incorporado	8.3	2.008.996	2.080.656
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		4.963.502	4.423.260

8.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanço Patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Tributos diferidos ativos						
Provisão de benefício a empregados	2.121.758	1.842.861	(472.577)	(15.984)	761.064	704.607
Provisão para processos judiciais e outros	297.500	294.488	3.012	12.474	-	-
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras	-	-	-	(544.198)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197.569	142.096	55.473	56.655	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	807.151	550.094	257.057	336.804	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	82.773	165.545	(82.772)	(82.773)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	9.469	22.900	(13.431)	(17.897)	-	-
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	34.101	13.651	20.450	(2.234)	-	-
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	-	554	(554)	(23.449)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	37.513	42.889	(5.376)	7.670	(9.590)	8.465
Arrendamento mercantil - CPC 06 - IFRS 16	(1.859)	(537)	(1.322)	(537)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	1.334	-	-	-	1.334	-
Outros	27.900	31.450	(3.550)	4.582	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	3.615.209	3.105.991	(243.590)	(268.887)	752.808	713.072
Tributos diferidos passivos:						
Reavaliação regulatória	(553.619)	(278.748)	(274.871)	72.079	-	-
Reavaliação regulatória - Complemento da BRR - 5CRTP	1.442	(391.137)	391.137	-	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(43.630)	(53.989)	10.359	(3.392)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge(derivativo)	-	(13.820)	-	-	13.820	(13.820)
Swap	(40.900)	(2.706)	(38.194)	(2.706)	-	-
Outros	(23.996)	(22.987)	(1.009)	(27.246)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(660.703)	(763.387)	87.422	38.735	13.820	(13.820)
Ativo fiscal diferido, líquido	2.954.506	2.342.604				
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado			(156.168)	(230.152)	766.628	699.252
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(71.660)	(32.235)	-	-
			(227.828)	(262.387)		

8.2.1 Com o trânsito em julgado das homologações dos Acordos com a Eletrobrás e com os advogados - nota explicativa nº 16, as condições previstas para início do pagamento dos acordos foram atendidas, consequentemente o montante envolvido passou a ser tratado como "contas a pagar", incorrendo em aumento do prejuízo fiscal/base negativa, visto que anteriormente a tal homologação, o valor era tratado como provisão. No entanto, o referido aumento do prejuízo fiscal/base negativa foi parcialmente compensado com o lucro fiscal apurado no exercício de 2019.

8.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 6 de novembro de 2019, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	2020		2019	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(179.329)	118.357	(60.972)	(45.728)
Subtotal	336.241	(221.918)	114.323	129.567
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(107.150)	70.719	(36.431)	(45.728)
Subtotal	200.908	(132.600)	68.308	77.415
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(160.181)	104.988	(55.193)	(7.884)
Subtotal	5.990.136	(4.163.771)	1.826.365	1.873.674
Total	6.527.285	(4.518.289)	2.008.996	2.080.656

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

8.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	2020	2019
Saldo inicial	4.423.260	2.495.974
Impacto no resultado	(227.828)	(262.387)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	766.628	699.252
Impacto no patrimônio líquido (Complemento da BRR - 5CRTP)	1.442	(391.137)
Impacto no patrimônio líquido (Benefício fiscal proveniente da incorporação)	-	1.881.558
Saldo final	4.963.502	4.423.260

8.5 Estimativa de realização:

Uso de estimativas:

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:

2021
2022
2023
2024
2025
2026 em diante

Tributos e contribuições sociais diferidos ativos	2020	
	Benefício fiscal do ágio incorporado	Total
440.074	71.658	511.732
299.859	71.658	371.517
2.166.668	71.658	2.238.326
212.409	71.658	284.067
218.561	71.658	290.219
277.638	1.650.706	1.928.344
3.615.209	2.008.996	5.624.205

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

9. Imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas a concessão

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

No término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada através de fiscalização do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010, foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi a alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Em outubro de 2018, foi assinado o Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, devido a mudança do acionista controlador.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

Bens vinculados à concessão: De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, registrada em determinação à Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação (nota explicativa nº 10.4) estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução 674/15 Manual de Controle Patrimonial vigente emitida pelo Órgão Regulador.

A reavaliação regulatória compulsória é valorada de acordo com o laudo da base de remuneração regulatória elaborado pela Companhia e homologado pela ANEEL na ocasião da Revisão Tarifária Ordinária. O valor contabilizado foi apurado pela diferença entre o valor contábil e o valor novo de reposição (VNR) do ativo imobilizado em serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e índices de aproveitamento, em decorrência do 5º ciclo de Revisão Tarifária da Companhia, ocorrido em julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reavaliação regulatória compulsória registrada, correspondente ao 5º ciclo de Revisão Tarifária, é de R\$ 1.624.048 (R\$ 1.970.249 em 31 de dezembro de 2019). A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de aquisição do imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 4,52% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (6,94% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), sobre os ativos imobilizados qualificáveis.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia trimestralmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado na data identificada. A Companhia efetua o teste anualmente para o ativo imobilizado.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
(Enel Distribuição São Paulo)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O teste de recuperação dos ativos da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil nas datas das avaliações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 A composição e movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31.12.2020	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2020	Valor líquido em 31.12.2019
Ativo Imobilizado em Serviço										
Distribuição	26.989.567	3.637	(2.348.953)	738.942	10.016	25.393.209	(1.606.374)	(15.407.318)	9.985.891	10.163.798
Terrenos	514.895	-	(128)	9	-	514.776	(119)	-	514.776	514.895
Edifícios, obras civis e benfeitorias	637.881	-	(59)	6.233	-	644.055	6.174	(432.082)	211.973	221.325
Máquinas e equipamentos	25.613.153	3.637	(2.347.555)	729.650	10.016	24.008.901	(1.614.268)	(14.780.504)	9.228.397	9.380.674
Veículos	196.576	-	(1.211)	1.806	-	197.171	595	(172.335)	24.836	40.191
Móveis e utensílios	27.062	-	-	1.244	-	28.306	1.244	(22.397)	5.909	6.713
Administração	250.577	-	-	11.699	-	262.276	11.699	(151.944)	110.332	110.469
Terrenos	710	-	-	-	-	710	-	-	710	710
Edifícios, obras civis e benfeitorias	98.835	-	-	-	-	98.835	-	(52.880)	45.955	48.010
Máquinas e equipamentos	114.997	-	-	10.850	-	125.847	10.850	(73.968)	51.879	49.228
Veículos	2.270	-	-	314	-	2.584	314	(1.106)	1.478	1.359
Móveis e utensílios	33.765	-	-	535	-	34.300	535	(23.990)	10.310	11.163
Subtotal	27.240.144	3.637	(2.348.953)	750.641	10.016	25.655.485	(1.594.675)	(15.559.262)	10.096.223	10.274.267
Ativo Imobilizado em Curso										
Distribuição	552.499	840.380	-	(730.800)	-	662.079	109.580	-	662.079	552.499
Máquinas e equipamentos	312.989	764.631	-	(722.279)	-	355.341	42.352	-	355.341	312.989
Estoque	225.115	64.057	-	-	-	289.172	64.057	-	289.172	225.115
Terrenos	219	-	-	-	-	219	-	-	219	219
Edificações	9.386	9.585	-	(5.170)	-	13.801	4.415	-	13.801	9.386
Veículos	2.981	2.020	-	(2.080)	-	2.921	(60)	-	2.921	2.981
Móveis e utensílios	1.809	87	-	(1.271)	-	625	(1.184)	-	625	1.809
Administração	26.914	52.200	-	(19.361)	-	59.753	32.839	-	59.753	26.914
Máquinas e equipamentos	24.891	45.113	-	(17.492)	-	52.512	27.621	-	52.512	24.891
Outros	2.023	7.087	-	(1.869)	-	7.241	5.218	-	7.241	2.023
Subtotal	579.413	892.580	-	(750.161)	-	721.832	142.419	-	721.832	579.413
Total do Ativo Imobilizado	27.819.557	896.217	(2.348.953)	480	10.016	26.377.317	(1.452.256)	(15.559.262)	10.818.055	10.853.680

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta a movimentação da depreciação acumulada do imobilizado:

	31.12.2019	Adição	Adição Leasing	Baixa COC	Baixa Reavaliação	Reavaliação	31.12.2020
Distribuição	(16.825.769)	(739.491)	(22.501)	68.471	2.133.544	(21.572)	(15.407.318)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios, obras civis e benfeitorias	(416.556)	(14.438)	(1.142)	23	32	-	(432.082)
Máquinas e equipamentos	(16.232.479)	(723.050)	(4.154)	67.748	2.133.002	(21.572)	(14.780.504)
Veículos	(156.385)	(1.552)	(15.608)	694	516	-	(172.335)
Móveis e utensílios	(20.349)	(451)	(1.598)	7	(6)	-	(22.397)
Administração	(140.108)	(11.840)	-	2	1	-	(151.944)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios, obras civis e benfeitorias	(50.825)	(2.055)	-	-	-	-	(52.880)
Máquinas e equipamentos	(65.770)	(8.201)	-	2	1	-	(73.968)
Veículos	(911)	(196)	-	-	-	-	(1.106)
Móveis e utensílios	(22.602)	(1.388)	-	-	-	-	(23.990)
	(16.965.877)	(751.331)	(22.501)	68.474	2.133.545	(21.572)	(15.559.262)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em 31.12.2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2019	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2019	Valor líquido em 31.12.2018
Ativo Imobilizado em Serviço											
Distribuição	21.925.768	95.853	(633.707)	917.604	4.682.848	1.201	26.989.567	380.951	(16.825.769)	10.163.798	8.724.180
Terrenos	418.675	-	25	4.140	92.055	-	514.895	4.165	-	514.895	418.675
Edifícios, obras civis e benfeitorias	582.213	-	(1.493)	18.791	38.370	-	637.881	17.298	(416.556)	221.325	205.052
Máquinas e equipamentos	20.711.573	5.571	(538.725)	894.168	4.540.730	(164)	25.613.153	360.850	(16.232.479)	9.380.674	8.028.663
Veículos	191.713	79.215	(93.514)	-	11.693	7.469	196.576	(6.830)	(156.385)	40.191	63.218
Móveis e utensílios	21.594	11.067	-	505	-	(6.104)	27.062	5.468	(20.349)	6.713	8.572
Administração	211.164	-	(2.206)	4.202	37.417	-	250.577	1.996	(140.108)	110.469	100.981
Terrenos	599	-	-	-	111	-	710	-	-	710	599
Edifícios, obras civis e benfeitorias	79.234	-	(2.136)	28	21.709	-	98.835	(2.108)	(50.825)	48.010	38.159
Máquinas e equipamentos	101.750	-	(71)	3.332	9.985	-	114.997	3.262	(65.770)	49.228	50.796
Veículos	1.690	-	-	251	329	-	2.270	251	(911)	1.359	1.096
Móveis e utensílios	27.891	-	-	591	5.283	-	33.765	591	(22.602)	11.163	10.331
Subtotal	22.136.932	95.853	(635.913)	921.806	4.720.265	1.201	27.240.144	382.947	(16.965.877)	10.274.267	8.825.161
Ativo Imobilizado em Curso											
Distribuição	705.373	758.894	-	(911.768)	-	-	552.499	(152.874)	-	552.499	705.373
Máquinas e equipamentos	428.691	767.383	-	(883.085)	-	-	312.989	(115.702)	-	312.989	428.691
Estoque	254.913	(29.798)	-	-	-	-	225.115	(29.798)	-	225.115	254.913
Terrenos	158	3.395	-	(3.334)	-	-	219	61	-	219	158
Edificações	16.654	12.314	-	(19.582)	-	-	9.386	(7.268)	-	9.386	16.654
Veículos	3.606	2.978	-	(3.603)	-	-	2.981	(625)	-	2.981	3.606
Móveis e utensílios	1.351	2.622	-	(2.164)	-	-	1.809	458	-	1.809	1.351
Administração	16.297	20.991	-	(10.374)	-	-	26.914	10.617	-	26.914	16.297
Máquinas e equipamentos	15.255	18.888	-	(9.252)	-	-	24.891	9.636	-	24.891	15.255
Outros	1.042	2.103	-	(1.122)	-	-	2.023	981	-	2.023	1.042
Subtotal	721.670	779.885	-	(922.142)	-	-	579.413	(142.257)	-	579.413	721.670
Total do Ativo Imobilizado	22.858.602	875.738	(635.913)	(336)	4.720.265	1.201	27.819.557	240.690	(16.965.877)	10.853.680	9.546.831

9.2 A composição e movimentação do intangível é como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2020	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2020	Valor líquido em 31.12.2019
Ativo Intangível em Serviço											
Distribuição	602.783	-	8.217	1.616	(8.044)	-	604.572	9.833	(489.590)	114.982	121.624
Servidões	87.968	-	6	-	13.030	-	101.004	6	-	101.004	87.968
Softwares	514.815	-	8.211	1.616	(21.074)	-	503.568	9.827	(489.590)	13.978	33.656
Administração	434.953	-	(33.046)	65.542	23.213	-	490.662	32.496	(355.879)	134.783	135.478
Softwares	350.339	-	(23.213)	35.826	23.213	1.022	387.187	13.635	(324.239)	62.948	62.956
Outros	84.614	-	(9.833)	29.716	-	(1.022)	103.475	18.861	(31.640)	71.835	72.522
Subtotal	1.037.736	-	(24.829)	67.158	15.169	-	1.095.234	42.329	(845.469)	249.765	257.102
Ativo Intangível em Curso											
Distribuição	2.574	1.432	-	(715)	-	-	3.291	717	-	3.291	2.574
Servidões	230	104	-	(9)	-	-	325	95	-	325	230
Software	2.344	1.328	-	(706)	-	-	2.966	622	-	2.966	2.344
Administração	52.566	110.590	-	(66.923)	-	-	96.233	43.667	-	96.233	52.566
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	52.566	110.590	-	(66.923)	-	-	96.233	43.667	-	96.233	52.566
Subtotal	55.140	112.022	-	(67.638)	-	-	99.524	44.384	-	99.524	55.140
Total do Ativo Intangível	1.092.876	112.022	(24.829)	(480)	15.169	-	1.194.758	86.713	(845.469)	349.289	312.242

A seguir apresentamos a movimentação da amortização acumulada:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2019	Adição	Baixa COC	Baixa Reavaliação	Reavaliação	31.12.2020
Distribuição	(481.159)	(8.431)	-	(21.594)	21.594	(489.590)
Servidões	-	-	-	-	-	-
Softwares	(481.159)	(8.431)	-	(21.594)	21.594	(489.590)
Administração	(299.475)	(59.253)	2.849	20.768	(20.768)	(355.879)
Servidões	(287.383)	(36.856)	-	20.768	(20.768)	(324.239)
Softwares	(12.092)	(22.397)	2.849	-	-	(31.640)
	(780.634)	(67.685)	2.849	(826)	826	(845.470)

	Valor bruto em 31.12.2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2019	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2019	Valor líquido em 31.12.2018
Ativo Intangível em Serviço											
Distribuição	594.866	-	-	15.961	(8.210)	166	602.783	16.127	(481.159)	121.624	101.633
Servidões	86.670	-	-	1.132	-	166	87.968	1.298	-	87.968	86.670
Softwares	508.196	-	-	14.829	(8.210)	-	514.815	14.829	(481.159)	33.656	14.963
Administração	319.122	-	(401)	93.019	23.213	-	434.953	92.618	(299.475)	135.478	81.669
Softwares	316.722	-	(401)	10.805	23.213	-	350.339	10.404	(287.383)	62.956	79.309
Outros	2.400	-	-	82.214	-	-	84.614	82.214	(12.092)	72.522	2.360
Subtotal	913.988	-	(401)	108.980	15.003	166	1.037.736	108.745	(780.634)	257.102	183.302
Ativo Intangível em Curso											
Distribuição	5.233	5.125	-	(7.784)	-	-	2.574	(2.659)	-	2.574	5.233
Servidões	841	1.400	-	(2.011)	-	-	230	(611)	-	230	841
Software	4.392	3.725	-	(5.773)	-	-	2.344	(2.048)	-	2.344	4.392
Administração	97.309	56.117	-	(100.860)	-	-	52.566	(44.743)	-	52.566	97.309
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	97.309	56.117	-	(100.860)	-	-	52.566	(44.743)	-	52.566	97.309
Subtotal	102.542	61.242	-	(108.644)	-	-	55.140	(47.402)	-	55.140	102.542
Total do Ativo Intangível	1.016.530	61.242	(401)	336	15.003	166	1.092.876	61.343	(780.634)	312.242	285.844

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 A composição e movimentação da conta “Máquinas e equipamentos” da atividade de distribuição é como segue:

Nota	Valor bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31.12.2020	Adições líquidas (A)-(B)+(C)+(D)
AIS Bruto							
Distribuição:	25.613.153	3.636	(2.347.538)	729.650	10.016	24.008.917	(1.614.252)
Transformador de distribuição	2.216.860	-	(71.063)	90.301	-	2.236.098	19.238
Medidor	1.358.551	-	(58.311)	86.749	-	1.386.989	28.438
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	10.417.493	-	(756.473)	473.030	-	10.134.050	(283.443)
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.533.602	-	(67)	19.674	-	2.553.209	19.607
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	46.228	-	-	-	-	46.228	-
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.968.591	-	(6.000)	24.757	-	2.987.348	18.757
Demais máquinas e equipamentos	6.071.828	3.636	(1.455.624)	35.139	10.016	4.664.995	(1.416.849)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(3.202.385)	-	-	(54.479)	-	(3.256.865)	(54.480)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.240.580)	-	-	(45.388)	-	(1.285.968)	(45.388)
Outros	(1.961.805)	-	-	(9.091)	-	(1.970.897)	(9.092)
Originadas da Receita:	(1.961.805)	-	-	(9.091)	-	(1.970.897)	(9.092)
Untrpassagem de demanda	(102.237)	-	-	-	-	(102.237)	-
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	-	-	(259.805)	-
Outros	(1.599.763)	-	-	(9.092)	-	(1.608.855)	(9.092)

Nota	Valor bruto em 31.12.2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2019	Adições líquidas (A)-(B)+(C)+(D)
AIS Bruto								
Distribuição:	20.711.573	5.571	(538.725)	894.168	4.540.730	(164)	25.613.153	360.850
Transformador de distribuição	1.107.801	-	(46.277)	92.958	1.062.378	-	2.216.860	46.681
Medidor	864.728	-	(143.088)	108.311	528.600	-	1.358.551	(34.777)
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	7.283.671	-	(300.329)	512.459	2.921.692	-	10.417.493	212.130
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.509.056	-	(5.345)	29.891	-	-	2.533.602	24.546
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	45.911	-	(2)	319	-	-	46.228	317
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.914.737	-	(42.731)	88.801	7.784	-	2.968.591	46.070
Demais máquinas e equipamentos	5.985.669	5.571	(953)	61.429	20.276	(164)	6.071.828	65.883
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(2.623.331)	(31.874)	-	(74.749)	(472.431)	-	(3.202.385)	(106.622)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.149.687)	(31.874)	-	(59.019)	-	-	(1.240.580)	(90.893)
Outros	(1.473.644)	-	-	(15.730)	(472.431)	-	(1.961.805)	(15.729)
Originadas da Receita:	(1.473.644)	-	-	(15.730)	(472.431)	-	(1.961.805)	(15.729)
Untrpassagem de demanda	(102.237)	-	-	-	-	-	(102.237)	-
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	-	-	-	(259.805)	-
Outros	(1.111.603)	-	-	(15.729)	(472.431)	-	(1.599.763)	(15.729)

9.3.1 O montante de R\$ 3.636 e R\$ 5.571 adicionado diretamente no ativo imobilizado em serviço refere-se ao ajuste a valor presente sobre os créditos de ICMS originados nas compras para o ativo imobilizado.

9.3.2 Do montante de R\$ 1.608.855 (R\$ 1.599.763 em 31 de dezembro de 2019) identificado como “Outros”, R\$ 1.495.594 refere-se a reavaliações de obrigações especiais registradas em exercícios anteriores.

9.4 A composição do custo histórico e reavaliação do imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas à concessão é como segue:

	2020			2019
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço:				
Distribuição	3,83%	26.006.165	(15.905.293)	10.100.872
Custo histórico		14.807.008	(6.888.171)	7.918.837
Reavaliação		11.199.157	(9.017.122)	2.182.035
Administração	4,64%	752.939	(507.823)	245.116
Custo histórico		620.567	(402.345)	218.222
Reavaliação		132.372	(105.478)	26.894
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	26,09%	4.654	(4.592)	62
Custo histórico		4.654	(4.592)	62
Total em serviço		26.763.758	(16.417.708)	10.346.050
Em curso:				
Distribuição		665.370	-	665.370
Administração		155.986	-	155.986
Total em curso		821.356	-	821.356
Total: em serviço + em curso		27.585.114	(16.417.708)	11.167.406

9.5 A composição das adições nos exercícios, por tipo de gastos capitalizado, foi como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Valor bruto em 31.12.2020
Em curso					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.472	6.879	(115)	140	9.376
Máquinas e equipamentos	435.295	266.170	108.524	3.007	812.996
Móveis e utensílios	408	9	-	(2)	415
Transformação, fabricação e reparo de materiais	393	-	-	-	393
Material em depósito	68.047	-	-	-	68.047
Compras em andamento	(3.488)	-	-	-	(3.488)
Outros	13.892	95.894	7.069	8	116.863
Total do imobilizado em curso	517.019	368.952	115.478	3.153	1.004.602

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Outros gastos	Valor bruto em 31.12.2019
Em curso						
Terrenos	3.334	25	-	2	34	3.395
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.208	7.439	1.374	290	2	12.313
Máquinas e equipamentos	380.613	265.920	131.869	6.322	1.548	786.272
Móveis e utensílios	2.578	35	-	8	-	2.621
Transformação, fabricação e reparo de materiais	11.156	-	-	-	-	11.156
Material em depósito	(41.004)	-	-	-	-	(41.004)
Compras em andamento	50	-	-	-	-	50
Outros	1.793	60.038	4.047	364	82	66.324
Total do imobilizado em curso	361.728	333.457	137.290	6.986	1.666	841.127

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	EQUIP SERVIÇO DETETOR TENSÃO	6.263
2.	SIST ATERRAMENTO CABO OPGW	4.182
3.	SERVIDOR HP PROLIANT DL360	3.973
4.	SIST ATERRAMENTO CABO NU AL CAA 134,6MCM	3.475
5.	EDIFICAÇÃO-OUTROS SALA ELÉTRICA MANOBRA E CONTROLE	3.024
6.	TRAFO FORÇA 88KV 13,8KV 33MVA TRIF COM COMUT	2.482
7.	CONDUTOR CU ISOLADO-EPR 3X1X500MM² TRIF	2.429
8.	TRAFO FORÇA 88KV 13,8KV 33MVA TRIF COM COMUT	2.394
9.	SERVIDOR HPE DL380 GEN9 E5-2630V4	2.302
10.	MODEM CELULAR PARA SIST TELECONTROLE	2.014

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	CONDUTOR AL ISOLADO-PVC 336,4MCM MONOF	(162.271)
2.	CONDUTOR AL ISOLADO-PVC 336,4MCM MONOF	(162.271)
3.	CONDUTOR AL ISOLADO-PVC 336,4MCM MONOF	(162.263)
4.	CONDUTOR AL ISOLADO-PVC 336,4MCM MONOF	(162.247)
5.	TRAFO DISTR AÉREO 13,8KV-220/127V-75KVA TRIF CONV	(5.868)
6.	TRAFO DISTR AÉREO 13,8KV-220/127V-75KVA TRIF CONV	(5.868)
7.	TRAFO DISTR AÉREO 13,8KV-220/127V-75KVA TRIF CONV	(5.868)
8.	TRAFO DISTR AÉREO 13,8KV-220/127V-75KVA TRIF CONV	(5.867)
9.	CONDUTOR AL NU 1/0AWG MONOF	(4.101)
10.	CONDUTOR AL NU 1/0AWG MONOF	(3.119)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco principais adições (pelo critério de valor) ao intangível em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	SOFTWARE DESENVOLVIMENTO - M&F eOrder (Maintenance)	8.430
2.	SOFTWARE (IMPLEMENTOS) - GDS MKT - Evolutivos Negócio	5.570
3.	LICENÇA DE USO - LICENÇA SAP SINGLE METRICS/20	5.291
4.	SOFTWARE (IMPLEMENTOS) - GDS MKT - Célula Cobrança 2020	4.760
5.	SOFTWARE (IMPLEMENTOS) - GDS MKT - Célula Atend. SAPCRM 2020	3.066

10. Ativo e passivo regulatório

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios (ativos e passivos financeiros setoriais) tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
(Enel Distribuição São Paulo)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldo em 31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Empréstimo COVID	Saldo em 31.12.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Ativos Financeiros Setoriais												
CVA Ativa	1.952.936	1.639.708	(1.131.127)	(109.479)	37.748	609.965	(1.679.876)	1.319.875	1.192.269	127.606	723.740	596.135
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	1.172.475	84.282	(864.528)	(98.020)	15.258	1.284.736	(1.424.660)	169.543	117.107	52.436	110.989	58.554
Custos de energia de Itaipu	455.850	1.263.786	-	-	13.790	(793.312)	-	940.114	940.114	-	470.057	470.057
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	13.945	-	(12.987)	-	151	(344)	-	765	-	765	765	-
Transporte de energia pela rede básica	92.440	10.775	(35.188)	-	1.672	7.660	(76.291)	1.068	-	1.068	1.068	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	25.644	22.833	(10.508)	-	492	5.248	(26.139)	17.570	16.912	658	9.114	8.456
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	89.183	(29.839)	(11.459)	438	105.977	-	154.300	113.898	40.402	97.351	56.949
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.582	168.849	(178.077)	-	5.947	-	(152.786)	36.515	4.238	32.277	34.396	2.119
Demais ativos financeiros setoriais	136.325	269.910	(141.241)	(28.528)	11.107	140.731	(120.791)	267.513	169.493	98.020	182.767	84.746
Neutralidade da Parcela A	37.152	171.489	(56.557)	-	2.008	3.788	(99.466)	58.414	-	58.414	58.414	-
Sobrecontratação de energia	-	80.712	-	(28.528)	1.691	136.943	(21.325)	169.493	169.493	-	84.747	84.746
Outros	99.173	17.709	(84.684)	-	7.408	-	-	39.606	-	39.606	39.606	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.089.261	1.909.618	(1.272.368)	(138.007)	48.855	750.696	(1.800.667)	1.587.388	1.361.762	225.626	906.507	680.881

Nota	Saldo em 31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Empréstimo COVID	Saldo em 31.12.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Passivos Financeiros Setoriais												
CVA Passiva	401.693	191.818	(479.969)	147.707	12.881	609.965	(436.995)	447.100	191.614	255.486	366.338	80.762
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	11.642	(89.704)	(201.295)	144.747	5.061	484.914	-	355.365	125.514	229.851	307.653	47.712
Custos de energia de Itaipu	-	42.118	-	-	124	6.510	-	48.752	48.752	-	24.376	24.376
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	-	37.928	(5.070)	-	545	(344)	(27.524)	5.535	608	4.927	5.231	304
Transporte de energia pela rede básica	78	9.737	(10)	-	156	7.660	-	17.621	16.740	881	9.251	8.370
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	(2.379)	-	32	5.207	-	2.860	-	2.860	2.860	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	389.823	191.739	(271.065)	2.960	6.963	106.018	(409.471)	16.967	-	16.967	16.967	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	150	-	(150)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	1.114.919	569.297	(747.736)	-	14.626	140.731	25.560	1.117.397	552.769	564.628	665.856	451.541
Neutralidade da Parcela A	2.390	9.843	(2.391)	-	164	3.788	-	13.794	13.794	-	6.897	6.897
Sobrecontratação de energia	258.568	(158.273)	(176.712)	-	2.257	136.943	-	62.783	-	62.783	62.783	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	254.967	-	(72.848)	-	-	-	-	182.119	-	182.119	72.847	109.272
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	64.736	64.444	-	-	2.589	-	-	131.769	131.769	-	-	131.769
Risco hidrológico - Outros	500.361	664.855	(492.878)	-	9.130	-	-	681.468	387.527	293.941	487.705	193.763
Outros	33.897	(11.572)	(2.907)	-	486	-	25.560	45.464	19.679	25.785	35.624	9.840
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.516.612	761.115	(1.227.705)	147.707	27.507	750.696	(411.435)	1.564.497	744.383	820.114	1.032.194	532.303

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos Financeiros Setoriais

	Saldo em 31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31.12.2019	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	2.584.211	1.246.892	(2.052.960)	(162.160)	127.662	209.291	1.952.936	830.208	1.122.728	1.537.832	415.104
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	1.493.968	493.841	(1.545.523)	(162.160)	78.280	814.069	1.172.475	270.322	902.153	1.037.314	135.161
Custos de energia de Itaipu	745.243	548.953	(242.328)	-	25.491	(621.509)	455.850	455.850	-	227.924	227.926
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	3.257	25.319	(15.792)	-	1.161	-	13.945	414	13.531	13.738	207
Transporte de energia pela rede básica	89.715	73.692	(75.673)	-	4.546	160	92.440	56.753	35.687	64.064	28.376
Transporte de energia elétrica - Itaipu	23.618	20.316	(19.618)	-	1.328	-	25.644	14.638	11.006	18.325	7.319
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	1.657	-	-	88	(1.745)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	228.410	83.114	(154.026)	-	16.768	18.316	192.582	32.231	160.351	176.467	16.115
Demais ativos financeiros setoriais	97.703	27.053	(49.899)	-	20.762	40.706	136.325	89.991	46.334	91.330	44.995
Neutralidade da Parcela A	49.936	(3.151)	(9.561)	-	(72)	-	37.152	37.152	-	18.576	18.576
Sobrecontratação de energia	-	(45.647)	4.525	-	416	40.706	-	-	-	-	-
Outros	47.767	75.851	(44.863)	-	20.418	-	99.173	52.839	46.334	72.754	26.419
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.681.914	1.273.945	(2.102.859)	(162.160)	148.424	249.997	2.089.261	920.199	1.169.062	1.629.162	460.099

Passivos Financeiros Setoriais

	Saldo em 31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	Saldo em 31.12.2019	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	798.853	(186.508)	(659.584)	207.920	35.246	205.766	401.693	117.075	284.618	348.976	52.717
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	27.552	(390.140)	(1.194)	207.920	2.798	164.706	11.642	11.642	-	11.642	-
Custos de energia de Itaipu	-	(24.970)	-	-	94	24.876	-	-	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	236	-	(318)	-	-	160	78	-	78	78	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	762.733	247.045	(649.868)	-	32.205	(2.292)	389.823	105.433	284.390	337.106	52.717
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.332	(18.443)	(8.204)	-	149	18.316	150	-	150	150	-
Demais passivos financeiros setoriais	1.268.619	435.158	(736.266)	99.613	3.564	44.231	1.114.919	540.859	574.060	630.003	484.916
Neutralidade da Parcela A	-	4.678	(2.315)	-	27	-	2.390	-	2.390	2.390	-
Sobrecontratação de energia	316.904	(27.907)	(178.988)	99.613	8.240	40.706	258.568	142.645	115.923	187.245	71.323
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	440.559	(129.929)	(36.424)	-	(19.239)	-	254.967	-	254.967	72.848	182.119
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	-	62.919	-	-	1.817	-	64.736	64.736	-	-	64.736
Risco hidrológico - Outros	431.469	496.077	(438.858)	-	11.673	-	500.361	302.466	197.895	349.128	151.233
Ressarcimento P&D	61.658	-	(61.658)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	18.029	29.320	(18.023)	-	1.046	3.525	33.897	31.012	2.885	18.392	15.505
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.067.472	248.650	(1.395.850)	307.533	38.810	249.997	1.516.612	657.934	858.678	978.979	537.633

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 10.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5,31, enquanto que o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,25.

Conta - COVID

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu em 31 de julho de 2020, em parcela única, o montante de conta - COVID de R\$ 1.389.232, o qual foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, sendo R\$ 1.242.881 referente à itens da parcela A e R\$ 146.351 referente aos demais ativos e passivos financeiros setoriais, conforme detalhado na movimentação desta respectiva nota.

11. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. A composição destas obrigações é a seguinte:

Depreciação Taxa média anual (%)	2020			2019		
	Custo histórico	Reavaliação	Total	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	(3.256.865)	-	(3.256.865)	(2.729.954)	(472.431)	(3.202.385)
Participação da União, Estados e Municípios	3,77	(43.847)	(43.847)	(43.536)	-	(43.536)
Participação Financeira do Consumidor	3,77	(1.088.347)	(1.088.347)	(1.043.270)	-	(1.043.270)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,77	(51.828)	(51.828)	(51.828)	-	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,77	(32.470)	(32.470)	(32.470)	-	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	3,77	(69.476)	(69.476)	(69.476)	-	(69.476)
Outros		(1.970.897)	(1.970.897)	(1.489.374)	(472.431)	(1.961.805)
Ultrapassagem de demanda	4,16	(102.237)	(102.237)	(102.237)	-	(102.237)
Excedente de reativos	4,16	(259.805)	(259.805)	(259.805)	-	(259.805)
Outros	3,77	(1.608.855)	(1.608.855)	(1.127.332)	(472.431)	(1.599.763)
(-) Amortização Acumulada - AIS	1.461.185	-	1.461.185	977.667	359.794	1.337.461
Participação da União, Estados e Municípios	3,77	14.639	14.639	12.961	-	12.961
Participação Financeira do Consumidor	3,77	375.892	375.892	336.913	-	336.913
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,77	27.439	27.439	25.449	-	25.449
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,77	12.948	12.948	11.701	-	11.701
Pesquisa e Desenvolvimento	3,77	18.909	18.909	16.241	-	16.241
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	4,16	88.853	88.853	74.951	-	74.951
Outros	3,77	922.505	922.505	499.451	359.794	859.245
Em curso	(142.171)	-	(142.171)	(123.874)	-	(123.874)
Participação da União, Estados e Municípios		(534)	(534)	(777)	-	(777)
Participação Financeira do Consumidor		(141.637)	(141.637)	(123.097)	-	(123.097)
Total	(1.937.851)	-	(1.937.851)	(1.876.161)	(112.637)	(1.988.798)

A movimentação ocorrida nos exercícios pode assim ser resumida:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31.12.2018	Adição	Transferências	Saldo em 31.12.2019	Adição	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Em serviço	(2.623.331)	(504.306)	(74.748)	(3.202.385)	-	(54.480)	(3.256.865)
Participação da União, Estados e Municípios	(43.130)	-	(406)	(43.536)	-	(311)	(43.847)
Participação Financeira do Consumidor	(976.404)	(31.874)	(34.992)	(1.043.270)	-	(45.077)	(1.088.347)
	(51.828)	-	-	(51.828)	-	-	(51.828)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(32.470)	-	-	(32.470)	-	-	(32.470)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(45.855)	-	(23.621)	(69.476)	-	-	(69.476)
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.473.644)	(472.432)	(15.729)	(1.961.805)	-	(9.092)	(1.970.897)
Outros	(102.237)	-	-	(102.237)	-	-	(102.237)
Ultrapassagem de demanda	(259.805)	-	-	(259.805)	-	-	(259.805)
Excedente de reativos	(1.111.602)	(472.432)	(15.729)	(1.599.763)	-	(9.092)	(1.608.855)
Outros							
(-) Amortização Acumulada - AIS	913.392	424.069	-	1.337.461	123.724	-	1.461.185
Participação da União, Estados e Municípios	11.316	1.645	-	12.961	1.678	-	14.639
Participação Financeira do Consumidor	299.960	36.953	-	336.913	38.979	-	375.892
	23.480	1.969	-	25.449	1.990	-	27.439
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido							
Programa de Eficiência Energética - PEE	10.468	1.233	-	11.701	1.247	-	12.948
Pesquisa e Desenvolvimento	14.055	2.186	-	16.241	2.668	-	18.909
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	58.953	15.998	-	74.951	13.902	-	88.853
Outros	495.160	364.085	-	859.245	63.260	-	922.505
Em curso	(96.520)	(102.102)	74.748	(123.874)	(72.777)	54.480	(142.171)
Participação da União, Estados e Municípios	(839)	(343)	405	(777)	(68)	311	(534)
Participação Financeira do Consumidor	(95.681)	(62.408)	34.992	(123.097)	(63.617)	45.077	(141.637)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(23.621)	23.621	-	-	-	-
Outros	-	(15.730)	15.730	-	(9.092)	9.092	-
Outros	-	(15.730)	15.730	-	(9.092)	9.092	-
Total	(1.806.459)	(182.339)	-	(1.988.798)	50.947	-	(1.937.851)

As dez principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Dez/20	10.019
2.	Transf Incorporação de Rede AIC - AIS Nov.20	9.091
3.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Dez/20	4.617
4.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Abr/20	4.455
5.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jun/20	3.754
6.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Set/20	3.600
7.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Ago/20	3.416
8.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Mar/20	3.269
9.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jul/20	3.002
10.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Mai/20	2.917

12. Fornecedores

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Itaipu		611.031	477.751
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	481.984	225.573
Suprimento de energia elétrica		612.558	564.198
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	3.563	4.176
Energia livre		62.380	60.661
Encargos de uso de rede elétrica	12.2	348.766	147.713
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.209	1.363
Total energia		2.121.491	1.481.435
Materiais e serviços		308.281	366.862
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	83.906	17.622
Total Fornecedores		2.513.678	1.865.919

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 12.1 O aumento do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.
- 12.2 O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior despacho de geração de energia elétrica, fora da ordem de mérito.

13. Tributos a pagar

Outros tributos a pagar:	2020	2019
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos Federais		
PIS	10.408	17.287
COFINS	47.942	79.626
INSS	9.258	8.926
IRRF	950	565
Outros	7.033	5.335
Subtotal - Federais	75.591	111.739
Tributos Estaduais		
ICMS	439.306	401.757
Subtotal - Estaduais	439.306	401.757
Tributos Municipais		
ISS	1.217	1.595
Subtotal - Municipais	1.217	1.595
Total - Outros tributos a pagar	516.114	515.091

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

14.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debentures e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma, conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico:

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo pago juros	Frequência pago juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortização	Sistemática amortização
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	24.301	1.951.360	3.629.211	5.604.872											
Debêntures - 23ª emissão (1ª série)	4.282	703.013	-	707.295	Sim	set-18	Aval/Fiança	CDI	108,25% do CDI	mar-21	Semestral	set-21	set-21	Única	Bullet
Debêntures - 23ª emissão (2ª série)	8.707	-	1.391.594	1.400.301	Sim	set-18	Aval/Fiança	CDI	111% do CDI	mar-21	Semestral	set-22	set-23	Anual	SAC
Debêntures - 24ª emissão (1ª série)	2.385	-	691.368	693.753	Sim	jun-19	Aval/Fiança	CDI	CDI+0,80%	mai-21	Semestral	mai-24	mai-25	Anual	SAC
Debêntures - 24ª emissão (2ª série)	4.237	-	911.089	915.326	Sim	jun-19	Aval/Fiança	IPCA	IPCA + 4,0134%	mar-21	Semestral	mai-26	mai-26	Única	Bullet
Total Debêntures - moeda nacional	19.611	703.013	2.994.051	3.716.675											
FINEP 2º protocolo	76	12.071	31.468	43.615	Sim	abr-14	Aval/Fiança	TJLP	-1,00%	jan-21	Mensal	jan-21	abr-24	Mensal	SAC
FUNCESP - Empréstimo financeiro	-	336.109	582.014	918.123	Sim	dez-20	Aval/Fiança	IPCA	5,22%	mar-21	Mensal	mar-21	jun-28	Mensal	Price
Total Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	76	348.180	613.482	961.738											
Tokio 4131	789	168.893	-	169.682	Sim	mar-20	N/A	Dólar	1,48%	mar-21	Semestral	mar-21	mar-21	Única	Bullet
Scotiabank 4131	1.121	265.973	-	267.094	Sim	mar-20	N/A	Dólar	1,65%	mar-21	Semestral	mar-21	mar-21	Única	Bullet
BNP	2.704	450.494	-	453.198	Sim	abr-20	N/A	Dólar	2,96%	abr-21	Semestral	abr-21	abr-21	Única	Bullet
Total Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	4.614	885.360	-	889.974											
Arrendamento financeiro	-	14.807	21.678	36.485	Sim	N/A	Próprio bem	CDI	16,80%	jan-21	Mensal	jan-21	abr-27	Mensal	Price
Total Arrendamento mercantil	-	14.807	21.678	36.485											
Dívidas com fundo de pensão	-	-	6.586.820	6.586.820											
FUNCESP	-	-	6.586.820	6.586.820	Sim	jun-19	Receíveis	IGP-DI	5,22%	jan-21	Mensal	jan-21	mai-31	Mensal	Price

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Cronograma de amortização de principal, líquido dos custos a amortizar						
					2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	24.301	1.951.360	3.629.211	5.604.872	804.874	804.455	439.548	443.475	1.002.545	134.314	3.629.211
Debêntures - 23ª emissão (1ª série)	4.282	703.013	-	707.295	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª emissão (2ª série)	8.707	-	1.391.594	1.400.301	694.365	697.229	-	-	-	-	1.391.594
Debêntures - 24ª emissão (1ª série)	2.385	-	691.368	693.753	-	-	341.838	349.530	-	-	691.368
Debêntures - 24ª emissão (2ª série)	4.237	-	911.089	915.326	-	-	-	-	911.089	-	911.089
Total Debêntures - moeda nacional	19.611	703.013	2.994.051	3.716.675	694.365	697.229	341.838	349.530	911.089	-	2.994.051
FINEP 2º protocolo	76	12.071	31.468	43.615	12.871	13.781	4.816	-	-	-	31.468
FUNCESP - Empréstimo financeiro	-	336.109	582.014	918.123	89.540	89.540	89.540	89.540	89.540	134.314	582.014
Total Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	76	348.180	613.482	961.738	102.411	103.321	94.356	89.540	89.540	134.314	613.482
Tokio 4131	789	168.893	-	169.682	-	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131	1.121	265.973	-	267.094	-	-	-	-	-	-	-
BNP	2.704	450.494	-	453.198	-	-	-	-	-	-	-
Total Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	4.614	885.360	-	889.974	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	-	14.807	21.678	36.485	8.098	3.905	3.354	4.405	1.916	-	21.678
Total Arrendamento mercantil	-	14.807	21.678	36.485	8.098	3.905	3.354	4.405	1.916	-	21.678
Dívidas com fundo de pensão	-	-	6.586.820	6.586.820	1.434.498	721.965	685.563	653.239	624.803	2.466.752	6.586.820
FUNCESP			6.586.820	6.586.820	1.434.498	721.965	685.563	653.239	624.803	2.466.752	6.586.820
Total dívida bruta - moeda nacional	24.301	1.951.360	10.216.031	12.191.692							
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	24.301	1.951.360	3.629.211	5.604.872							
Fundo de pensão	-	-	6.586.820	6.586.820							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura dos ativos financeiros:

Instituição / Linha devedora	Principal curto prazo	Saldo total
Ativos Financeiros - Caixa e aplicações financeiras	2.134.751	2.134.751
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.095.811	2.095.811
Aplic. Financ. CDB	38.940	38.940

Composição do endividamento e dívida líquida:

Resumo	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2020	Total 2019
Dívida bruta (a)	24.301	1.951.360	10.216.032	12.191.693	13.426.020
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	76	348.180	613.482	961.738	274.423
Debêntures - moeda nacional	19.611	703.013	2.994.051	3.716.675	3.612.989
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	4.614	885.360	-	889.974	3.612.989
Arrendamento mercantil	-	14.807	21.679	36.486	56.981
Fundo de pensão	-	-	6.586.820	6.586.820	5.868.638
Ativos financeiros (b)	-	2.134.751	-	2.134.751	1.285.691
Alta liquidez	-	2.095.811	-	2.095.811	1.280.195
Demais aplicações financeiras	-	38.940	-	38.940	5.496
Dívida líquida (a) - (b)	24.301	(183.391)	10.216.032	10.056.942	12.140.329

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

			2020							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (II)		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (I) - c.3	2024	TJLP+5,00	76	12.071	-	12.147	31.468	-	31.468	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro - a.4	2028	IPCA + 5,22%	-	336.109	-	336.109	582.014	-	582.014	918.123
Total - Moeda nacional			76	348.180	-	348.256	613.482	-	613.482	961.738
Moeda estrangeira										
Tokio 4131 - a.1	2021	Dólar + 1,48	789	168.893	-	169.682	-	-	-	169.682
Scotiabank 4131 - a.2	2021	Dólar + 1,65	1.121	265.973	-	267.094	-	-	-	267.094
BNP - a.3	2021	Dólar + 2,96	2.704	450.494	-	453.198	-	-	-	453.198
Total - Moeda estrangeira			4.614	885.360	-	889.974	-	-	-	889.974
Total - Empréstimos e financiamentos			4.690	1.233.540	-	1.238.230	613.482	-	613.482	1.851.712
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	4.282	704.052	(1.039)	707.295	-	-	-	707.295
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	8.707	-	-	8.707	1.395.948	(4.354)	1.391.594	1.400.301
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	2.385	-	-	2.385	700.000	(8.632)	691.368	693.753
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (iii) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	4.237	-	-	4.237	928.342	(17.253)	911.089	915.326
Total - Debêntures			19.611	704.052	(1.039)	722.624	3.024.290	(30.239)	2.994.051	3.716.675
Arrendamento financeiro			-	14.807	-	14.807	21.679	-	21.679	36.486
Total - Arrendamento financeiro			-	14.807	-	14.807	21.679	-	21.679	36.486
Total da dívida			24.301	1.952.399	(1.039)	1.975.661	3.659.451	(30.239)	3.629.212	5.604.873

			2019							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (II)		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP 1 - b.2	2020	4,00	2	1.016	-	1.018	-	-	-	1.018
FINEP 2 (II) - b.2	2024	TJLP+5,00	126	11.354	-	11.480	43.539	-	43.539	55.019
Nota Promissória - 6ª emissão - a.3	2020	110,36% do CDI	3.625	215.000	(139)	218.386	-	-	-	218.386
Total - Empréstimos e financiamentos			3.653	227.370	(139)	230.884	43.539	-	43.539	274.423
Debêntures:										
Debêntures - 14ª emissão - b.3	2021	CDI+2,62	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - b.1	2021	111,02% do CDI	11.313	-	-	11.313	704.052	(2.418)	701.634	712.947
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - b.1	2023	112,85% do CDI	23.006	-	-	23.006	1.395.948	(6.034)	1.389.914	1.412.920
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - a.2	2025	100% do CDI+1,16	4.506	-	-	4.506	700.000	(10.498)	689.502	694.008
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - a.2	2026	100% do IPCA+5,05%	3.799	-	-	3.799	809.081	(19.766)	789.315	793.114
Total - Debêntures			42.624	-	-	42.624	3.609.081	(38.716)	3.570.365	3.612.989
Arrendamento financeiro			-	21.059	-	21.059	35.922	-	35.922	56.981
Total - Arrendamento financeiro			-	21.059	-	21.059	35.922	-	35.922	56.981
Total da dívida			46.277	248.429	(139)	294.567	3.688.542	(38.716)	3.649.826	3.944.393

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

(iii) A 24ª debênture 2ª série é mensurada a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado, tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 30.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 38.808, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 1,30%a.a. Quanto ao contrato com a FUNCESP, a dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia.

14.3 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	TOKIO 4131	R\$ 149.997	março de 2020	Dólar + 1,48% a.a.	Semestral	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.2	SCOTIABANK 4131	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP 4131	R\$ 450.000	abril de 2020	Dólar + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro
a.4	FUNCESP	R\$ 918.123	dezembro de 2020	IPCA+ 5,22% a.a.	Mensal	Mensal à partir de março 2021	Junho de 2028	Saldação parcial do plano de benefícios BD

(a.1) Em 06 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Bank of Tokyo (MUFG Bank Ltd.), no valor de US\$ 32.500, correspondente ao valor de ingresso de R\$ 149.997 com desembolso em 10 de março de 2020, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 08 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 24 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 51.181, correspondente ao valor de ingresso de R\$ 260.000 com desembolso em 31 de março, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,65% a.a. e vencimento final em 31 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 13 de abril de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 86.688, correspondente ao valor de R\$ 450.000 com desembolso em 17 de abril de 2020, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,96%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a.4) Refere-se ao novo contrato de empréstimo financeiro, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2020, em decorrência do processo de migração para o plano CD II. A primeira amortização no valor de R\$ 249.668 ocorreu em 22 de janeiro de 2021. As demais amortizações acrescidas dos juros serão pagas mensalmente a partir de março de 2021, com vencimento em junho de 2028. A dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia. Para mais informações sobre o processo de migração para o plano CD II, vide nota explicativa nº 16.1.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	NOTAS PROMISSÓRIAS 6 EMISSÃO	R\$ 215.000	setembro de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 215.000	março de 2020	Reforço de capital de giro
b.2	FINEP - 1º Protocolo	R\$ 37.096	março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal(a partir de fevereiro de 2014)	fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

14.4 Composição do principal e custos a amortizar por indexador:

	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.787.014	50,26	2.995.912	78,00
TJLP	43.539	0,79	54.893	1,43
Taxa fixa	-	-	1.016	0,03
IPCA	1.829.212	32,98	789.314	20,54
Moeda estrangeira				
Dólar	885.360	15,97	-	-
Total	5.545.125	100,00	3.841.135	100,00

14.5 Saldos do passivo não circulante por vencimento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Arrendamento financeiro	Total
2022	91.638	697.974	(13.829)	8.098	783.881
2023	102.551	697.974	(6.222)	3.905	798.208
2024	103.480	350.000	(5.041)	3.354	451.793
2025	91.963	350.000	(4.071)	4.405	442.297
2026	89.540	928.342	(1.076)	1.916	1.018.722
2027 em diante	134.310	-	-	-	134.310
	613.482	3.024.290	(30.239)	21.678	3.629.211

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.6 Indexadores:

	2020	2019
	%	%
CDI (*)	1,90	4,40
SELIC (*)	1,90	4,40
TJLP (*)	4,55	5,57
IPCA (**)	4,52	4,31
Dólar (*)	5,20	N/A

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no ano de 2020.

14.7 Movimentações:

	Efeito caixa				Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2020
	Saldo inicial 31.12.2019	Atividade de financiamento		Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	56.037	-	(15.643)	(2.229)	-	2.178	-	-	-	3.272	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	918.123	918.123
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	(215.000)	(5.275)	-	1.750	-	-	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	-	(1.185)	-	2.029	-	18.841	-	-	169.682
SCOTIABANK	-	260.000	-	(2.427)	-	3.500	-	6.021	-	-	267.094
BNP	-	450.000	-	(7.414)	-	9.957	-	655	-	-	453.198
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	859.997	(230.643)	(18.530)	-	19.414	-	25.517	139	921.395	1.851.712
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	-	(85.114)	-	63.782	-	-	3.061	-	2.107.596
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	-	(59.494)	36.653	57.812	82.607	-	4.379	-	1.609.079
Total - Debêntures	3.612.989	-	-	(144.608)	36.653	121.594	82.607	-	7.440	-	3.716.675
Arrendamento financeiro:											
Arrendamento financeiro	56.981	-	(23.568)	(5.892)	-	8.964	-	-	-	-	36.485
Total - Arrendamento financeiro:	56.981	-	(23.568)	(5.892)	-	8.964	-	-	-	-	36.485
Total da dívida	3.944.393	859.997	(254.211)	(169.030)	36.653	149.972	82.607	25.517	7.579	921.395	5.604.872

Saldo inicial 31.12.2018	Efeito caixa				Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2019	
	Atividade de financiamento			Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações		
	Ingressos	Pagamentos principal	Diferimento custos de transação	Pagamento de encargos financeiros								
<u>Hoe da nacional</u>												
Empréstimos e financiamentos:												
FINEP	72.496	-	(20.716)	-	(3.639)	229	3.585	-	-	-	4.082	56.037
Notas promissórias - 5ª emissão - a.1	-	500.000	(500.000)	(760)	(16.253)	-	16.255	-	-	758	-	-
Notas promissórias - 6ª emissão - a.3	-	215.000	-	(371)	-	-	3.524	-	-	233	-	218.386
Mútuo	420.873	-	(420.000)	-	(33.737)	-	32.864	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(2.707)	-	2.707	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	493.369	715.000	(940.716)	(1.131)	(56.336)	229	58.935	-	-	991	4.082	274.423
Debêntures:												
Debêntures - 14ª emissão	533.096	-	(540.000)	-	(24.299)	-	20.658	-	-	4.260	6.285	-
Debêntures - 23ª emissão	3.039.867	-	(900.000)	-	(197.677)	-	170.467	-	-	5.794	7.416	2.125.867
Debêntures - 24ª emissão	-	1.500.000	-	(18.669)	(30.632)	9.081	38.937	-	-	2.105	(13.700)	1.487.122
Total - Debêntures	3.572.963	1.500.000	(1.440.000)	(18.669)	(252.608)	9.081	230.062	-	-	12.159	1	3.612.989
Arrendamento financeiro	78.856	-	(24.462)	-	(9.236)	-	11.823	-	-	-	-	56.981
Total - Arrendamento financeiro	78.856	-	(24.462)	-	(9.236)	-	11.823	-	-	-	-	56.981
Total da dívida	4.145.188	2.215.000	(2.380.716)	(19.800)	(308.944)	9.310	288.997	-	-	13.150	4.083	3.944.393

14.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido^(*) em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

15. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício (resultado financeiro). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes, sendo registrado no resultado do exercício (custos e despesas com pessoal).

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Ao final do exercício de 2020, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	2020	2019
<u>Previdência privada</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	14.465.563	15.095.489
Valor justo dos ativos do plano	(7.878.743)	(9.226.851)
Obrigação registrada com previdência privada	6.586.820	5.868.638
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	110.332	126.143
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	110.332	126.143
 Total obrigações com benefícios pós-emprego	 6.697.152	 5.994.781
 Circulante	 8.735	 12.358
Não circulante	6.688.417	5.982.423
Total	6.697.152	5.994.781

Uso de estimativas

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

15.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Com a conclusão do processo, houve a migração de 5.781 participantes, o que corresponde a 21,3% de participantes que transferiram suas reservas do plano PSAP para o plano CD II. Essa migração impactou em redução do passivo atuarial líquido de R\$1.377.344, da seguinte forma:

- R\$ 918.123 corresponde a parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD II, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Essa transferência foi instrumentalizada por meio de um novo contrato de dívida de natureza exclusivamente financeira. O valor de R\$ 918.123 foi reclassificado para a rubrica de empréstimos e financiamentos. Os detalhes sobre o contrato de dívida, estão informados na nota explicativa nº 14.1.
- R\$ 459.221 corresponde ao (i) efeito líquido do *settlement* gerado pelo efeito na migração de R\$360.600; e (ii) R\$ 98.621 referente ao custo do serviço passado. Com a migração parcial, foram eliminadas todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, na proporção dos participantes migrados. Dessa forma, a Companhia reconheceu na rubrica de previdência privada um ganho no custo do serviço de R\$459.221.

15.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Confissão de dívida IIa	I.1	390.739	433.234
Confissão de dívida IIb	I.1	202.818	224.876
Contrato de ajustes de reserva matemática	I.2	3.917.751	2.928.662
Total dos contratos		4.511.308	3.586.772
Diferença entre premissas	I.3	2.075.512	2.281.866
Total registrado	16.1	6.586.820	5.868.638

- (I.1) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela IIb refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à Companhia. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia os recebíveis da Companhia e seu prazo de vencimento se dará em maio de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.
- (I.2) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP. Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo essa taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia os recebíveis da Companhia e seu prazo de vencimento se dará em abril de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.
- (I.3) A parcela do déficit é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela FUNCESP é de 4,81% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (5,22% a.a. em 31 de dezembro de 2019), enquanto a utilizada pela Companhia é de 3,10% a.a. (3,20% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

15.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

15.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

(a) Ativos e passivos atuariais:

	2020	2019
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	14.575.895	15.221.632
Valor justo dos ativos do plano	(7.878.743)	(9.226.851)
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	6.697.152	5.994.781

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

Nota	2020	2019
	15.221.632	12.615.448
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício		
Custo dos serviços correntes	16.300	29.187
Custo dos juros	1.102.274	1.085.114
Custo do serviço passado	(98.621)	(17.027)
Benefícios pagos	(1.201.637)	(1.152.050)
Contribuições dos empregados	2.250	7.109
Efeito migração - plano benefício definido	(3.440.525)	-
Perda atuarial	2.974.222	2.653.851
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	14.575.895	15.221.632

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

Nota	2020	2019
	9.226.851	8.708.781
Valor dos ativos do plano no início do exercício		
Contribuição do empregador	578.598	340.693
Transferência para dívida financeira	918.123	-
Contribuições dos empregados	2.250	7.109
Benefícios pagos	(1.201.637)	(1.147.276)
Rendimento esperado dos ativos do plano	670.479	760.963
Efeito migração - plano benefício definido	(3.079.925)	-
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	764.004	556.581
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.878.743	9.226.851

(d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

Nota	2020	2019
	5.994.781	3.906.666
Saldo inicial		
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	8.550	22.034
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	7.750	7.153
Custo do serviço passado	(98.621)	(17.027)
Efeito migração - plano benefício definido	(360.598)	-
Juros líquidos conforme laudo atuarial	431.793	324.151
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(578.598)	(345.467)
Transferência para dívida financeira	(918.123)	-
Ajustes de avaliação atuarial	2.210.218	2.097.271
Saldo final	6.697.152	5.994.781

(e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	(8.550)	(22.034)
Custo do serviço passado - BD	98.621	-
Efeito migração - plano benefício definido	360.598	-
Capitalização para infraestrutura em construção	2.644	1.336
Outras contribuições - Contribuição definida	(7.564)	(5.804)
Receitas (despesas) no exercício com entidade de previdência privada	445.749	(26.502)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(7.750)	(7.153)
Custo do serviço passado - FGTS	-	17.027
Receitas (despesas) no exercício com benefícios pós-emprego	437.999	(16.628)
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(1.102.274)	(1.085.114)
Rendimento esperado dos ativos do plano	670.481	760.963
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	(431.793)	(324.151)
Total das Receitas (despesas) nos exercícios	6.206	(340.779)

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajustes de avaliação atuarial):

	Nota	2020	2019
Saldo no início do exercício		(4.634.296)	(2.537.025)
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	f.1	(133.374)	(2.094.452)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	f.2	(2.841.684)	(629.037)
Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica		836	69.638
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício		764.004	556.580
Saldo no final do exercício		(6.844.514)	(4.634.296)

(f.1) Perda gerada em virtude da redução da taxa de desconto real em 2020, quando comparada à taxa em 2019.

(f.2) Perda gerada em virtude do índice de reajuste dos benefícios dos aposentados (IGP-DI) acumulado ter sido positivo em 23,07% ao longo de 2020, muito superior à hipótese de inflação de longo prazo utilizada na avaliação de 31 de dezembro de 2019, que previa uma inflação acumulada de 4,0% a.a. para o ano de 2020. Com isso, os benefícios dos participantes foram atualizados acima do esperado

(g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Distribuição dos investimentos	Distribuição dos investimentos	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2020	2019	
Renda fixa	87,48%	83,50%	até 100%
Renda variável	8,61%	11,09%	até 70%
Imóveis	1,16%	2,54%	até 20%
Outros	2,74%	2,87%	até 20%
Total	100,00%	100,00%	

A gestão dos recursos do plano de aposentadoria da Companhia, administrado pela FUNCESP, tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos do plano já constituídos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os ativos dos planos são distribuídos em diversas modalidades de investimentos, tais como renda fixa e variável, imóveis, empréstimos e investimentos no exterior. Esses ativos são todos avaliados pelo valor mercado. Os imóveis são ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas anualmente,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

A avaliação desses ativos é submetida aos órgãos de governança da FUNCESP (conselho fiscal), bem como para auditoria externa independente anualmente

(h) Premissas atuariais utilizadas:

	2021	2020	2019
a) Premissas econômicas:			
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial - BD	N/A	7,33% a.a.	7,33% a.a.
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial - FGTS	N/A	7,22% a.a.	7,22% a.a.
Taxa de desconto nominal para despesa atuarial - BD	7,22% a.a.	6,91% a.a.	8,99% a.a.
Taxa de desconto nominal para despesa atuarial - FGTS	7,12% a.a.	7,22% a.a.	8,94% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,52% a.a.	4,52% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT2000 - masculina agravada em	
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)		AT2000 - masculina agravada em 10%	
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Light Fraca suavizada em 30%	
Taxa de rotatividade esperada		Experiência 2012 agravada em 40%	
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	N/A	18,66	

(i) Estimativa da despesa para o exercício de 2021:

Custo dos serviços correntes - FGTS	7.091
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	1.010.123
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(541.393)
Total da despesa projetada	475.821

(j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 14.465.563 para plano de pensão e R\$ 110.332 para FGTS, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	FGTS		Plano de pensão	
Taxa de desconto	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(4.696)	5.032	(326.955)	340.877
Total da obrigação do benefício definido	105.636	115.364	14.138.608	14.806.440

(k) Outras informações sobre as obrigações atuariais:

Em 31 de dezembro de 2020, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 552.807 e R\$ 14.023.087, respectivamente.

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2021 é de R\$ 396.351.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 9,5 anos (10,3 anos em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

1 ano	1.167.648
Entre 2 e 5 anos	4.363.856
Próximos 5 anos	4.710.863
Total de pagamentos esperados do plano	10.242.367

16. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas e julgamentos: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados a cauções e depósitos vinculados são classificados como custo amortizado.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos judiciais - processos prováveis	299.703	322.667
Depósitos judiciais - processos possíveis	463.348	439.084
Depósitos judiciais - processos remotos	39.226	47.118
	802.277	808.869

A variação de depósitos vinculados de processos prováveis está principalmente relacionada a mudança de depósitos para seguro garantia, envolvendo um processo trabalhista relacionado a embargos previdenciários do INSS, no valor de R\$ 37.666 em novembro de 2020.

A variação de depósitos vinculados de processos possíveis está basicamente relacionada aos seguintes eventos: (i) a execução fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS processo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

que após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir, em 13 de fevereiro de 2020, a fiança bancária por depósito em dinheiro no valor de R\$ 70.786 - vide nota explicativa nº 17.2 (b.1); e (ii) resgate parcial de depósito judicial no valor de R\$ 27.029, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.2 (c.2).

Cartas de fiança, seguros garantia: A Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	2020		2019	
	Valor	Taxa a.a.	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	1.953.775	0,20% a 3,00%	2.042.288	0,20% a 3,00%
Cível	356.936	0,20% a 2,35%	366.677	0,20% a 2,35%
Trabalhista	263.152	0,20% a 3,25%	269.812	0,20% a 2,35%
Regulatório	282.445	0,20% a 1,75%	281.929	0,20% a 2,35%

16.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2020	Depósitos vinculados 31.12.2020
Processos trabalhistas (a)	334.661	91.679	18.066	(73.565)	(44.852)	325.989	139.049
Processos cíveis (b)	246.768	106.968	24.165	(65.619)	(70.904)	241.378	7.352
Processos regulatórios (c)	119.999	16.613	4.737	(5.849)	(5.888)	129.612	-
Processos fiscais (d)							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	12.071	3.335	-	-	145.211	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	1.028	-	-	71.328	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	521	262	(480)	(1.668)	3.990	561
Processos ambientais (e)	4.565	3.488	225	(3.557)	-	4.721	-
Outros processos	10.639	284	27	(284)	(1.922)	8.744	-
Total	922.092	231.624	51.845	(149.354)	(125.234)	930.973	299.703
Circulante	348.486					168.917	
Não circulante	573.606					762.056	
Total	922.092					930.973	

	Passivo						Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2018	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	Saldo final 31.12.2019	Depósitos vinculados 31.12.2018
Processos trabalhistas (a):	349.117	80.094	19.394	(69.408)	(45.804)	1.268	334.661	169.004
Processos cíveis (b):	241.522	99.855	21.029	(34.419)	(81.219)	-	246.768	7.309
Processos regulatórios (c)	95.419	14.100	10.480	-	-	-	119.999	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	107.597	16.521	5.850	-	(163)	-	129.805	137.753
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	68.227	-	2.073	-	-	-	70.300	-
Outros processos fiscais (d.3)	6.971	393	246	(289)	(698)	(1.268)	5.355	993
Processos ambientais (e)	5.810	2.451	245	(2.349)	(1.592)	-	4.565	-
Acordo Eletrobras (f)	1.600.581	-	38.644	-	-	(1.639.225)	-	-
Outros processos	10.701	1.951	-	(1.951)	(62)	-	10.639	-
Total	2.485.945	215.365	97.961	(108.416)	(129.538)	(1.639.225)	922.092	315.059
Circulante	520.852						348.486	
Não circulante	1.965.093						573.606	
Total	2.485.945						922.092	

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 838 processos (838 em 31 de dezembro de 2019), compostos por processos de natureza previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (8 em 31 de dezembro de 2019) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.200	9.410
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Aguardando decisão	15.446	6.887
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	24.651	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.651	31.505
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.796	51.092
Total				81.744	98.894

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

O montante de R\$ 98.894 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	21.688	20.349
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nivel de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.060	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.516	2.476
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	10.984	2.805
Outros				620	-
Total				47.868	25.630

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

O montante de R\$ 25.630 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) **Processos fiscais:**

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) **Processos ambientais:**

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor estimado da contingência	
	2020	2019
Processos cíveis (a)	578.244	504.253
(a.1) Processos cíveis diversos	578.244	504.253
(a.2) Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Encerrado	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
(a.4) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
(a.5) Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
(a.6) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.7) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.8) Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado
Processos regulatórios (b)	1.603.022	1.375.147
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.093.502	888.028
(b.2) Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	186.419	183.523
(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade	104.935	118.015
(b.4) Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	92.407	91.013
(b.5) Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77.349	70.707
Outros processos regulatórios	48.409	23.861
Processos fiscais (c)	2.809.735	2.538.931
(c.1) CSLL - base negativa	153.314	151.836
(c.2) Execuções fiscais municipais - diversas	88.961	92.675
(c.3) PIS - Estatuto da decadência	243.674	241.884
(c.4) COFINS - anistia	162.340	161.329
(c.5) COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.6) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	188.920	153.174
(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	173.312	171.544
(c.8) PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	659.565	653.098
(c.9) FINSOCIAL	226.424	223.272
(c.10) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	158.969	156.866
(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	137.976	126.030
(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	145.015	130.586
(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	46.314	45.263
(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	236.450	81.567
(c.15) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	41.507	-
Outros processos fiscais	76.208	79.021
Processos trabalhistas (d)	925.492	1.092.109
(d.1) Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	129.693	117.142
(d.3) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	115.133	94.898
(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	64.078	53.042
(d.5) Contribuição Previdenciária - SAT	43.878	44.013
Outros processos trabalhistas	572.710	783.014

(a) Processos cíveis:

(a.1) A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa nº 16.1.b.

(a.2) **Enquadramento de Consumidores - Ação civil pública:** O Ministério Público Federal e a PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais foram julgados improcedentes em 25 de fevereiro de 2019, mantendo os termos da decisão favorável a Companhia em 1ª instância, ocorrida em outubro de 2018. Em 20 de outubro de 2020, transitou em julgado decisão final favorável à Companhia, dessa forma, o processo foi considerado encerrado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a.3) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais:** O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.
- (a.4) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal:** O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.
- (a.5) Uso da faixa de domínio de rodovias:** A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.
- (a.6) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias:** Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a.7) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (RESp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.8) Arbitragem Neoenergia: Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 21 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão final favorável à Companhia, negando todos os pedidos formulados pela Neoenergia. Este caso é confidencial, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações anteriormente descritas.

(b) Processos regulatórios:

(b.1) Devolução tarifária – Base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.

(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR): Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade e AI nº 1008/2018: Vide nota explicativa 16.1 (c.1 e c.2).

(b.4) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável, da qual a Companhia irá recorrer.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.5) Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1º instância ocorrida em fevereiro de 2002. Atualmente a Companhia aguarda a decisão dos recursos apresentados pela ANEEL nas instâncias superiores.

(c) Processos fiscais:

(c.1) CSLL – base negativa: A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.

(c.2) Execuções fiscais municipais – diversas: A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

(c.3) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

(c.4) COFINS – anistia: A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.

(c.5) COFINS – Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

(c.6) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.

(c.8) PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Tratam-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela Companhia. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.

(c.9) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.

(c.10) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Tratam-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Para discutir a legalidade dos lançamentos, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo houve por bem determinar a necessidade de produção de provas para o julgamento da legalidade dos lançamentos. A Companhia, com base em opinião dos advogados da ação, entendeu por bem não recorrer da referida decisão na via do Mandado de Segurança e continuar a discussão em uma nova ação judicial que possibilite a produção de provas. A nova ação judicial será proposta em tempo hábil. A Companhia obteve as suspensões das exigibilidades dos débitos por meio de seguro garantia.

(c.13) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso “PIS Compensações – Créditos remanescentes”). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, aguardando desde então o julgamento em primeira instância administrativa.

c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a Companhia recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.

c.15) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a Companhia sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.2. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e aguarda o julgamento do seu recurso.

(d) Processos trabalhistas:

(d.1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuam na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Aguarda-se, neste momento, eventual recurso do Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Caberá, ainda, recurso do Sindicato à Corte Superior do Trabalho.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2012 de R\$ 129.653 (R\$ 119.652 em 31 de dezembro de 2019), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisões desfavoráveis para Companhia, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

(d.5) Contribuição Previdenciária – SAT: Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GIIL-RAT), considerando

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Durante a fase administrativa houve decisão final desfavorável. Atualmente, a Companhia discute o assunto em ação judicial específica (Ação Anulatória), tendo sido determinada a suspensão da exigibilidade do débito, visto a apresentação de seguro garantia pela Companhia.

17. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	17.1	137.393	101.027
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	17.1	2.948	2.306
Ministério de Minas e Energia	17.1	1.474	1.153
Eficiência energética	17.1	301.697	269.934
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		-	43.473
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		1.659	1.579
Outros encargos		61	62
Total		445.232	419.534
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	17.1	27.561	34.553
Total		27.561	34.553

- 17.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

18. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 2ª parcela em junho de 2020, no montante de R\$ 351.683, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	355.807
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	355.807
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	296.507
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	48.519
			1.056.640

Circulante 355.807

Não Circulante 700.833

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizados correspondem ao montante de R\$ 4.619.507 e passivo de R\$ 5.041.528, referente ao primeiro processo, e constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais, que atualizados correspondem ao montante de R\$ 2.269.575, referente ao segundo processo, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 452.145, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	2020	2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	7	781.381	578.763
<u>Ativo não circulante</u>	7	6.107.700	4.426.554
Total Ativo		6.889.081	5.005.317
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		781.381	578.763
<u>Passivo não circulante</u>		6.529.143	4.395.313
Total Passivo		7.310.524	4.974.076
		2020	2019
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	22	(1.866.587)	(2.532.352)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	22	1.866.587	2.532.352
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		469.322	2.472.965
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(469.861)	(2.472.965)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(539)	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2018	-	-
Adições	2.532.352	2.532.352
Atualização	2.472.965	2.472.965
Outros	-	(31.241)
Saldo em 31.12.2019	5.005.317	4.974.076
Adições	1.866.587	1.866.587
Atualização	469.322	469.861
Compensações	(452.145)	-
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2019), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

20.2 Composição acionária:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2020		2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas:				
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

20.3 Reservas de capital:

	Nota	2020	2019
Reserva especial - gerada por incorporações	8.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

20.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	2020	2019
Ajuste de avaliação patrimonial (Reavaliação regulatória)		1.624.048	1.970.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(552.177)	(669.885)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		1.071.871	1.300.364
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(6.847.824)	(4.609.398)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		53	(28.155)
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	(3.920)	40.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	2.329.576	1.562.948
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.522.115)	(3.033.955)
Total registrado no patrimônio líquido		(3.450.244)	(1.733.591)

20.6 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra a destinação dos exercícios de 2020 e 2019 baseada no resultado societário:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	980.816	777.067
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	71.212	78.395
Dividendos prescritos	129	227
Lucro líquido ajustado	1.052.157	855.689
Distribuição de dividendos intermediários	(36.200)	
Juros sobre o capital próprio	(195.300)	
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	(60.834)	(213.923)
Proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	(759.823)	(470.629)
Constituição de reserva especial para reforço de capital de giro	-	(171.137)
Saldo de lucros acumulados	-	-

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal, pois o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 8 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 213.923; (ii) R\$ 171.137 destinados para reserva especial estatutária; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 470.629. Os dividendos declarados do exercício de 2019 foram integralmente pagos.

Em 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou os pagamentos de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio - JSCP sobre o lucro líquido apurado de janeiro a setembro de 2020, sendo observados os limites estabelecidos no art.9º da Lei 9.249/95. Os pagamentos ocorreram em 30 de dezembro de 2020, e representam para dividendos intermediário e JSCP os montantes de R\$ 36.200 e R\$ 195.300 respectivamente. Os referidos montantes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 759.823 será submetida a deliberação em AGO, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação.

21. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

21.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação – básico/diluído

Numerador:	2020	2019
Lucro líquido do exercício - Regulatório	589.836	491.907
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.469	197.469
Prejuízo básico por ação (em Reais - R\$)	2,98698	2,49106

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

O quadro a seguir demonstra o cálculo da média ponderada considerando as movimentações de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Não houve movimentação de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Exercício	Período de movimentação de ações	Quantidade de ações (em milhares)	Número de dias - %	Média ponderada de ações (em milhares)
2019	01/01/2019 a 19/12/2019	197.457	96%	189.559
	20/12/2019 a 31/12/2019	197.467	4%	7.899
			100%	197.457

A movimentação da quantidade de ações do exercício de 2019 refere-se ao (i) resgate compulsório das ações remanescentes realizado em 05 de dezembro de 2019 oriundo do processo da OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações) e (ii) emissão de novas ações com o aumento de capital, ocorrido em 20 de dezembro de 2019

22. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

22.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 5.

22.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

22.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

22.4 Aluguel de postes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Essa receita é originada dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. A receita está suportada pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura, cujos montantes são reconhecidos conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e tarifa acordada entre as partes.

22.5 Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

22.6 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Repasse CDE – descontos na tarifa".

22.7 Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

22.8 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

22.1 A receita operacional bruta, conforme requerida pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - Faturado:						
Residencial	7.001.288	6.858.422	16.618.308	16.330.393	11.164.406	10.991.564
Industrial	25.318	25.968	2.321.353	2.894.263	1.401.225	1.750.490
Comercial	404.716	408.622	8.505.174	10.583.962	5.415.360	6.669.564
Rural	571	566	32.062	32.590	9.162	8.949
Poder público	15.792	15.687	964.389	1.201.852	534.344	668.606
Iluminação pública	2.737	2.874	717.077	789.337	265.689	295.049
Serviço público	1.389	1.389	412.913	456.918	216.095	240.608
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(9.175.538)	(8.770.500)
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	2.775.590	2.073.580	142.625	262.064
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado:						
Consumidores cativos	-	-	-	-	9.175.538	8.770.500
Consumidores Livres	2.239	1.572	10.705.808	10.997.108	1.764.784	1.485.760
Fornecimento/Uso da Rede Elétrica de Distribuição - Não Faturado					28.422	(3.762)
Constituição e Amortização - CVA ativa e passiva	-	-	-	-	542.758	(408.820)
Constituição e Amortização - RTP diferimento ou devolução	-	-	-	-	8.404	103.434
Constituição e Amortização - Demais ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	298.704	174.828
Serviços cobráveis	-	-	-	-	15.502	13.006
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	490.935	454.446
Outras receitas	-	-	-	-	165.538	145.391
Total	7.454.050	7.315.100	43.052.674	45.360.003	22.463.953	22.851.177

22.2 Receita operacional líquida:

		2020			2019		
	Nota	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica							
Classe de consumidores:							
Residencial		7.001.288	16.618.308	11.164.406	6.858.422	16.330.393	10.991.564
Industrial		25.318	2.321.353	1.401.225	25.968	2.894.263	1.750.490
Comercial		404.716	8.505.174	5.415.360	408.622	10.583.962	6.669.564
Rural		571	32.062	9.162	566	32.590	8.949
Poder público		15.792	964.389	534.344	15.687	1.201.852	668.606
Iluminação pública		2.737	717.077	265.689	2.874	789.337	295.049
Serviço público		1.389	412.913	216.095	1.389	456.918	240.608
Transferência para atividades de distribuição		-	-	(9.175.538)	-	-	(8.770.500)
Subtotal - fornecimento		7.451.811	29.571.276	9.830.743	7.313.528	32.289.315	11.854.330
Outras							
Não faturado		-	-	28.422	-	-	(3.762)
PIS/COFINS consumidores a restituir		-	-	(1.866.587)	-	-	(2.532.352)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		-	-	1.866.587	-	-	2.532.352
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD		2.239	10.705.808	1.764.784	1.572	10.997.108	1.485.760
Transferência para atividades de distribuição		-	-	9.175.538	-	-	8.770.500
Energia no curto prazo		-	2.775.590	142.625	-	2.073.580	245.298
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente		-	-	-	-	-	16.766
Subvenção de recursos da CDE	23.2.1	-	-	487.195	-	-	368.415
Doações - bandeiras tarifárias		-	-	3.740	-	-	86.031
Ativo e passivo financeiro setorial	11	-	-	1.103.840	-	-	318.285
Passivo financeiro setorial - bandeiras tarifárias		-	-	(253.974)	-	-	(448.843)
Aluguel de poste		-	-	154.136	-	-	134.685
Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais	9.4	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais - AES Tietê Energia	9.4/30.1	-	-	-	-	-	-
Receitas com partes relacionadas		-	-	546	-	-	1.151
Receitas com partes relacionadas	30.1	-	-	-	-	-	-
Outras receitas		-	-	26.358	-	-	22.561
Receita operacional bruta		7.454.050	43.052.674	22.463.953	7.315.100	45.360.003	22.851.177
Deduções da receita bruta							
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE		-	-	(142.236)	-	-	(135.724)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	-	(2.239.565)	-	-	(2.514.721)
Encargos do consumidor - PROINFA		-	-	(88.906)	-	-	(95.177)
Encargos do consumidor - CCRBT		-	-	(193.705)	-	-	(457.662)
Encargos bandeiras tarifárias		-	-	250.235	-	-	362.812
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		-	-	(19.429)	-	-	(16.342)
ICMS		-	-	(3.935.754)	-	-	(4.133.537)
COFINS - corrente		-	-	(1.419.198)	-	-	(1.744.069)
PIS - corrente		-	-	(308.015)	-	-	(378.332)
ISS		-	-	(168)	-	-	(188)
Deduções da receita bruta		-	-	(8.096.741)	-	-	(9.112.940)
Receita operacional líquida		7.454.050	43.052.674	14.367.212	7.315.100	45.360.003	13.738.237

23. Custo do serviço de energia elétrica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		MWh		R\$	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		8.317.998	8.596.987	(2.899.588)	(2.167.841)
ANGRA 1 e 2		1.551.042	1.609.292	(431.065)	(404.184)
Compra - CCEE		-	332.781	-	(273.015)
Compra - CCEAR		17.595.346	18.690.413	(3.843.438)	(3.834.257)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	29.1	209.265	294.018	(41.385)	(55.417)
Quotas de garantia física		9.655.343	9.576.135	(1.044.406)	(970.048)
Risco hidrológico		-	-	(825.759)	(1.060.736)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	62.543	56.778
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	805.838	767.990
Subtotal		37.328.994	39.099.626	(8.217.260)	(7.940.730)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		773.283	797.156	(224.518)	(292.901)
Total		38.102.277	39.896.782	(8.441.778)	(8.233.631)

		Nota	2020	2019
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da rede básica			(1.562.666)	(1.388.016)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1		(15.608)	(18.342)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER			(401.891)	(178.540)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	23.1		164.583	72.199
Transporte de energia - Fumas/Itaipu			(242.704)	(218.626)
Operador Nacional do Sistema - ONS			(25.361)	(37.148)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD			(10.452)	(9.643)
Conexão a Rede Básica - CTEEP			(99.285)	(94.998)
(-) Créditos de PIS/COFINS			202.798	200.287
Total			(1.990.586)	(1.672.827)

23.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

24. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

	Nota	2020		2019	
		MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra		-	-	332.781	(273.015)
Compra estimada		-	-	-	-
	23	-	-	332.781	(273.015)
		2020		2019	
		MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda		2.720.894	129.714	1.771.522	193.405
Venda estimada		54.696	12.911	302.058	68.659
	22	2.775.590	142.625	2.073.580	262.064

25. Pessoal, administradores e previdência privada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
<u>Pessoal:</u>			
Remuneração		(277.278)	(287.053)
Encargos		(110.316)	(122.484)
Benefício Pós-emprego-Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		85.149	(26.502)
Efeito migração - plano benefício definido	15	360.599	-
Programa de demissão voluntária/Incentivo aposentadoria		(4.815)	20.529
Despesas rescisórias		(11.793)	(4.482)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		(71.592)	(89.181)
Assistência médica e odontológica		(104.762)	(124.704)
Auxílio alimentação e refeição		(93.820)	(102.518)
Educação e treinamento		(1.398)	(2.487)
Outros benefícios FGTS - PIA		(7.749)	9.875
Outros benefícios - Corrente		23.063	9.243
Outros		(867)	(516)
<u>Administradores:</u>			
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)		(5.795)	(10.374)
Benefício dos administradores		(1.712)	(3.750)
Total		(223.086)	(734.404)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	2019	2018
Tarifa bancária		(57.640)	(64.856)
Publicidade		(2.936)	(1.956)
Responsabilidade social		(446)	(260)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(20.764)	(25.159)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(8.992)	(11.122)
DIC/FIC/DMIC/DICRI	26.1	(53.243)	(45.916)
Penalidades - devoluções a consumidores		(4.059)	(4.743)
Energia Livre		-	21.918
Outros		(15.763)	(5.260)
Total		(163.843)	(137.354)

26.1 DIC, FIC, DMIC e DICRI - Indicadores que refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

27. Resultado financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		25.057	41.478
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	117.314	121.180
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	141.830	81.717
Subvenções governamentais		3.272	4.082
Atualização de créditos tributários		1.194	23.164
Atualização monetária dos depósitos judiciais		23.278	33.222
Atualização monetária do ativo financeiro setorial	10	45.879	144.084
Variação monetária Swap - Debêntures		36.539	9.231
Ajuste ao valor de mercado Swap - Debêntures		49.885	-
Juros Swap - Debêntures		5.041	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		5.173	3.028
Outras receitas financeiras		13.656	20.827
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(9.938)	(9.659)
Subtotal		458.180	472.354
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional		(148.587)	(278.593)
Variação monetária - Debêntures		(36.653)	(9.081)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		(82.607)	-
Juros Swap - Debêntures		-	(9.139)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(8.996)	-
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas		-	(32.864)
Juros sobre obrigações de arrendamento financeiro		(8.966)	(11.613)
Subvenções governamentais		(3.273)	(4.083)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(13.649)	(22.203)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso	11.5	3.153	6.986
Cartas de fiança e seguros garantia		(31.470)	(43.951)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(64.657)	(71.096)
Atualização monetária - Energia livre	12.2	(1.719)	30.102
Atualização monetária do passivo financeiro setorial	10	(34.468)	(34.468)
Atualização dos gastos referentes ao acordo Eletrobras	17	(45.737)	(99.914)
Custo dos juros (líquidos) do plano de pensão		(431.793)	(324.151)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(1.245)	(2.696)
Outras despesas financeiras		(31.993)	13.933
Subtotal		(942.660)	(892.831)
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		(25.656)	-
Variações cambiais - Swap Empréstimos		25.517	-
Outras variações cambiais		(3.058)	(754)
Subtotal		(3.197)	(754)
Total do resultado financeiro		(487.677)	(421.231)

- 27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia, multa de 2% e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, de acordo com o requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	817.661	732.007
Adições (exclusões):		
Juros sobre capital próprio	(195.300)	-
Doações	1.094	1.360
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	1.797	4.606
Perdas indedutíveis no contas a receber	6.218	26.103
Perdas de capital - baixa de imobilizado	1.593	2.896
Multas indedutíveis	31.976	7.006
Despesas indedutíveis	4.519	4.397
Salário maternidade e paternidade	485	571
Outros	42	(7.216)
Total das adições (exclusões)	(147.576)	39.723
Base de cálculo	670.085	771.730
Imposto de renda e contribuição social calculados (alíquotas de 25% e 9%)	(227.828)	(262.387)
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	-	22.287
Imposto de renda e contribuição social no resultado regulatório	(227.828)	(240.100)

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

29.1.1 Partes relacionadas:

Ativos e receitas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				2020	2019	2020	2019
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X	Controle comum	Conforme demanda	34	98	546	1.151
Reembolso Expatriados	Enel Chile	Controle comum		1.154	184	969	184
	Enel Spa	Controle comum		324	155	170	155
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum		4.690	5.951	-	5.951
	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Controle comum		1.925	3.155	-	3.155
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum		89	160	-	160
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	2.136	2.820	-	2.820
	Enel Brasil	Controladora	Fevereiro de 2024	196	584	-	584
	Enel Fortaleza	Controle comum		-	53	-	53
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum		6.462	5.033	-	5.033
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum		-	54	-	54
	CIN COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum		326	449	-	449
Outros créditos:				17.336	18.696	-	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:				-	-	546	1.151
Pessoal e administradores:				-	-	1.139	17.865
Material:				-	-	-	100
Serviços de terceiros:				-	-	-	(2.231)
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:				-	-	-	2.864

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
				2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Parapanema S.A.	Controle comum	Resolução Homologatória nº 2.319/2017 da ANEEL	309	296	(3.419)	(3.323)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	Resolução Homologatória nº 2.319/2017 da ANEEL	90	80	(986)	(943)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	Resolução Homologatória nº 2.319/2017 da ANEEL	2.355	2.108	(26.928)	(25.039)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	106	106	(994)	(950)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	-	991	(2.602)	(12.113)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum até 31 de maio de 2019		-	-	-	(2.287)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum até 31 de maio de 2019		-	-	-	(4.579)
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	71	71	(665)	(636)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	237	233	(2.153)	(2.063)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	220	216	(1.998)	(1.916)
	ENEL Green Power Salto Apiaçás S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	175	175	(1.640)	(1.568)
	Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	1.209	1.363	(15.608)	(18.342)
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	(32.864)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	1.791	1.993	(4.352)	(1.993)
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum			4.495	-	(4.495)
	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum		3.851	1.931	-	(1.931)
	ENEL CIEN S.A	Controle comum		208	156	-	(156)
	CELG Distribuição S.A	Controle comum		4.888	3.406	-	(3.406)
	Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	6.055	6.785	-	(6.785)
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum	Fevereiro de 2024	722	457	-	(457)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum		155	35	-	(35)
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum		514	46	-	(46)
	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum		1.773	311	-	(311)
Expatriados	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	4.276	4.495	(8.952)	-
Prestação de serviços técnicos e de gestão	Enel Brasil	Controladora	Março de 2025	61.466	-	(61.466)	-
Dividendos	Enel Brasil	Controladora		60.834	213.923	-	-
Fornecedores - nota explicativa nº 12:				88.678	27.656	-	-
Outras obrigações:				1.791	1.993	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:				60.834	213.923	-	-
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 24:				-	-	(56.993)	(73.759)
Empréstimos e financiamentos:				-	-	-	(32.864)
Pessoal e administradores:				-	-	(8.952)	(7.125)
Material:				-	-	-	(328)
Serviços de terceiros:				-	-	(61.466)	(6.699)
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:				-	-	-	(3.298)
Resultado Financeiro nota explicativa nº 26:				-	-	(4.352)	(2.165)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2020. Em 31 de maio de 2019, a EGP Brasil Participações Ltda concretizou a venda de duas usinas eólicas (EGP Cristalândia Eólica S.A. I e EGP Cristalândia Eólica S.A. II). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, permanecem demonstradas no resultado, as transações realizadas até a data da venda dessas companhias.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

29.1.2 Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa	
		2020	2019	2020	2019
Plano de previdência	FUNCESP	6.586.820	5.868.638	27.144	(337.132)
Empréstimo financeiro	FUNCESP	918.123	-	-	-
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:		6.586.820	5.868.638	27.144	(337.132)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:		918.123	-	-	-

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão para remuneração (regime de competência), é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição:

Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)
Total

2020	2019
7.370	13.266
-	700
138	73
7.508	14.039

30. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
	de	até		
Riscos operacionais	31-out-2020	31-out-2021	R\$ 4.881.982	R\$ 6.760.700
Vida em grupo	1-jan-2020	1-fev-2021	25 x salário	R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	31-out-2020	31-out-2021	N/A	R\$ 115.888
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2020	10-nov-2021	N/A	R\$ 678.824
Riscos ambientais	1-nov-2020	1-nov-2021	N/A	R\$ 135.214
Frota de veículos - RCF	31-mai-2020	31-mai-2021	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		2020		2019		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.095.811	2.095.811	1.280.195	1.280.195	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	38.940	38.940	3.518	3.518	Ativos financeiros disponíveis para venda
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	-	-	1.978	1.978	Ativos financeiros disponíveis para venda
Operação com derivativo - Cash flow hedge		21.442	21.442	-	-	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		97.248	97.248	49.881	49.881	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.375.690	2.375.690	2.336.244	2.336.244	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	5	427.145	427.145	153.954	153.954	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	16	802.277	802.277	808.869	808.869	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro setorial	10	1.587.388	1.587.388	2.089.261	2.089.261	Empréstimos e recebíveis
Total		7.445.941	7.445.941	6.723.900	6.723.900	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	2.513.678	2.513.678	1.878.554	1.878.554	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	14	4.689.547	4.581.611	3.944.393	3.774.542	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures marcadas a mercado		915.326	932.579	793.114	793.114	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		2.316	2.316	1.274	1.274	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	17	1.056.640	1.056.640	1.362.586	1.362.586	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		60.834	60.834	214.054	214.054	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	10	1.564.497	1.564.497	1.516.612	1.516.612	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		10.802.838	10.712.155	9.710.587	9.540.736	

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. Investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131), que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda e (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxa flutuante (*swap* de IPCA para CDI). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
Tokio	10/03/2020	08/03/2021	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	149.997
Scotiabank	31/03/2020	31/03/2021	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	260.000
BNP	17/04/2020	19/04/2021	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	450.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 31 de dezembro de 2020 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	47.363	97.248	-	49.885
Tokio	18.768	18.214	(554)	-
Scotiabank	4.251	2.063	(2.188)	-
BNP	27	(1.151)	(1.178)	-
Total	70.409	116.374	(3.920)	49.885

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	31.12.2019
Operação com instrumento derivativo		
<u>Ativo circulante</u>	23.718	-
<u>Ativo não circulante</u>	95.656	49.881
Total Ativo	119.374	49.881
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(3.000)	(1.274)
Total Passivo	(3.000)	(1.274)
	116.374	48.607

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em 31.12.2020
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	915.326
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(884.215)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	786.967
		818.078
TOKIO 4131	USD + 1,48% a.a.	169.682
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,48% a.a.	(169.036)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,06% a.a.	150.822
		151.468
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	267.094
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,65% a.a.	(266.165)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,50% a.a.	264.101
		265.030
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	453.198
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,96% a.a.	(453.676)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,60% a.a.	454.828
		454.350

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2020, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2020				2019			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	38.940	-	38.940	-	1.696	-	1.696	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	-	-	-	-	3.800	-	3.800	-
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	19.126	-	19.126	-	-	-	-	-
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	97.248	-	97.248	-	48.607	-	48.607	-
Debêntures marcadas a mercado	915.326	-	915.326	-	-	-	-	-
Total	1.070.640	-	1.070.640	-	54.103	-	54.103	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um de e um de para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2020 é:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	2.095.811
Investimentos de curto prazo	b.1.1	38.940
Depósitos judiciais e cauções	b.1.1	802.277
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.375.690
Contas a receber - acordos	b.1.2	427.145
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.587.388
Operação com derivativo	b.1.4	116.374
Total da exposição		7.443.625

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	1.851.712	274.423
Debêntures	3.716.675	3.612.989
Arrendamento financeiro	36.486	261.882
Operação com instrumento derivativo	(116.374)	(48.607)
Caixa e equivalentes de caixa	(2.095.811)	(1.280.195)
Investimentos de curto prazo	(38.940)	(5.496)
Dívida líquida	3.353.748	2.814.996
Patrimônio líquido	2.119.328	3.969.216
Dívida líquida / Patrimônio líquido	158,25%	70,92%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2020, 35,8% era de curto prazo (7,1% em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio era de 2,52 anos (3,71 anos em 31 de dezembro de 2019).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.505.707	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	247.685	462.964	534.530	391.026	223.851
Debêntures	-	21.171	777.708	2.309.268	862.973
Arrendamento financeiro	1.523	2.742	10.542	21.635	43
Operações com instrumento derivativo	-	(21.276)	(12.477)	(58.102)	(54.276)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	60.834	-	-
Total	2.754.915	465.601	1.371.137	2.663.827	1.032.591

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices. Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2020 é:

	2020
Equivalentes de caixa	1.963.996
Investimentos de curto prazo	38.940
Empréstimos e financiamentos	(1.851.712)
Debêntures	(3.716.675)
Operação com derivativo	116.374
Total da exposição líquida	(3.449.077)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 31 de dezembro de 2020 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			Projeção receitas financeiras - 01 ano					
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2020	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário III	Cenário IV	
			(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)	
CDI			0,95%	1,43%	1,90%	2,38%	2,85%	
Equivalentes de caixa	CDI	1.963.996	18.658	28.085	37.316	46.743	55.974	
Investimentos de curto prazo	CDI	38.940	370	557	740	927	1.110	
Subtotal		2.002.936	19.028	28.642	38.056	47.670	57.084	
Projeção despesas financeiras - 01 ano								
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.12.2020	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário III	Cenário IV	
			(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)	
CDI								
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(707.294)	(6.016)	(9.000)	(11.969)	(14.923)	(17.862)	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.400.301)	(17.487)	(26.155)	(34.774)	(43.343)	(51.864)	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(693.754)	(13.486)	(17.399)	(21.292)	(25.165)	(29.018)	
TJLP								
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(43.615)	(619)	(1.165)	(1.706)	(2.241)	(2.771)	
IPCA								
VIVEST	IPCA + 5,22%	(918.123)	(64.303)	(72.926)	(81.472)	(89.942)	(98.337)	
Contrato de Swap								
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(915.326)	(54.502)	(63.253)	(71.925)	(80.520)	(89.039)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	884.215	51.675	59.972	68.195	76.344	84.421	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,7200%	(786.967)	(14.484)	(18.868)	(23.230)	(27.568)	(31.885)	
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	(169.682)	23.503	6.817	(5.369)	(15.024)	(23.047)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,36% a.a.	169.036	(23.414)	(6.791)	5.348	14.967	22.959	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,06% a.a.	(150.822)	(386)	(566)	(746)	(924)	(1.102)	
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	(267.094)	36.887	10.618	(8.566)	(23.766)	(36.397)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,65% a.a.	266.165	(36.759)	(10.581)	8.536	23.683	36.271	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 2,50% a.a.	(264.101)	(2.269)	(2.586)	(2.901)	(3.214)	(3.527)	
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	(453.198)	87.171	27.868	(15.439)	(49.754)	(78.269)	
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,96% a.a.	453.676	(87.263)	(27.898)	15.456	49.807	78.351	
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,60% a.a.	(454.828)	(3.880)	(4.612)	(5.337)	(6.063)	(6.784)	
Subtotal			(5.452.013)	(125.632)	(156.525)	(187.191)	(217.646)	(247.900)
Total da exposição líquida			(3.449.077)	(106.604)	(127.883)	(149.135)	(169.976)	(190.816)

(b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (reais). Para mais detalhes vide nota 30.1.1.

	31.12.2020
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	889.974
Exposição patrimonial	889.974
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(888.877)
Exposição cambial total	1.097

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	2020	
	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	117.581	611.031
Passivo líquido exposto	117.581	611.031

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.3) Risco de preço

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020, e aprovou reajuste positivo de +15,60%, composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

Vale destacar o componente financeiro negativo relativo à antecipação dos efeitos da CONTA-COVID de R\$ 1.292.527, o qual refere-se: CVA energia não amortizada; CVA em constituição até o mês de competência de junho de 2020; e neutralidade das competências de abril e maio de 2020. Caso não houvesse a consideração deste componente financeiro, o reajuste médio teria sido de 12,2% ao invés de 4,23%.

Mais informações sobre a CONTA-COVID podem ser verificadas na nota explicativa nº 1.1.

(b.4.3.1) Revisão e Reajuste Tarifário – conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico

a) Revisão Tarifária Periódica

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão de cada distribuidora (de 4 em 4 anos no caso da Companhia), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A última Revisão Tarifária Periódica da Companhia ocorreu em 2019 e a próxima está prevista para ocorrer em 2023.

Destaca-se que nos Reajustes Tarifários Anuais a Parcela B (custos gerenciáveis) da receita é atualizada monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado pelo Fator X. Já na Revisão Tarifária Periódica é definida uma nova

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Parcela B, com o objetivo de se definir a cobertura tarifária para os custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência. Adicionalmente, é definida a componente de produtividade do referido Fator X, de modo a se compartilhar com o consumidor os ganhos de produtividade obtidos no período analisado.

A metodologia de Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica está descrita no Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

b) Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração regulatória (BRR) no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (i) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações monetárias;
- (ii) As adições de ativos imobilizados em serviço entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (iii) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases dos CRTP – base incremental (item b);
- (iv) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (v) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M (ou IPCA para processos de RTP posteriores a dez/2015), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume os valores da Base de Remuneração Regulatória da Companhia, bem como destaca os valores da quota de reintegração e da remuneração de capital. Estes valores referem-se ao último processo de revisão tarifária periódica da Companhia (julho de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.354.017
(2) Índice de Aproveitamento Integral	140.245
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.189.140
(4) Bens Totalmente Depreciados	7.171.017
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	15.853.615
(6) Depreciação Acumulada	16.445.188
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	9.908.828
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	46.814
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	9.862.015
(10) Almojarifado em Operação	27.507
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.934.331
(13) Terrenos e Servidões	618.607
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.573.798
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	61.996
(17) Taxa de Depreciação	3,84%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	456.671
(19) WACC real antes de impostos	12,26%
(20) Taxa RGR PLPT	0,73%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*19	1.045.332,40

c) Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI da última revisão tarifária, ocorrida em 2019:

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.352.104
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	608.447
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162.253
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	581.405
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	68.500
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	33.125
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	145.339
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	246.964

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Revisão Tarifária de 2019

O Reajuste Tarifário Anual, que ocorre entre as Revisões Tarifárias Periódicas, é feito com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A) as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.568, de 02 de julho de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de revisão tarifária de 2019, correspondendo a um efeito médio de +7,03% percebido pelos consumidores a partir de 4 de julho de 2019.

e) Resumo da revisão tarifária periódica de 2019

A revisão tarifária de 2019 da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens que compõem a receita da concessionária, bem como a contribuição de cada um deles no processo de revisão tarifária e sua respectiva participação na receita:

Descrição	Data de Referência Anterior - DRA (R\$ mil)	Data do Reajuste em Processamento - DRP (R\$ mil)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	11.189.743	13.148.127	13,18%	76,78%
1.1. Encargos Setoriais	2.761.453	3.075.669	2,11%	17,96%
TFSEE	18.141	19.907	0,01%	0,12%
CDE	1.933.185	2.239.590	2,06%	13,08%
PROINFA	365.116	313.425	-0,35%	1,83%
P&D (Eficiência Energética)	140.802	146.379	0,04%	0,85%
ONS	584	628	0,00%	0,00%
ESS/EER	303.624	355.740	0,35%	2,08%
1.2. Transmissão	1.681.129	2.319.619	4,30%	13,54%
Rede Básica	1.009.193	1.416.748	2,74%	8,27%
Rede Básica Fronteira	244.576	358.189	0,76%	2,09%
Itaipu	331.267	430.336	0,67%	2,51%
Conexão	86.411	104.080	0,12%	0,61%
CUSD	9.139	9.416	0,00%	0,05%
Outros	541	850	0,00%	0,00%
1.3. Compra de Energia	6.747.161	7.752.839	6,77%	45,27%
2. PARCELA B	3.666.965	3.977.323	2,09%	23,22%
3. Reposicionamento Econômico	14.856.708	17.125.450	15,27%	100%
4. Componentes Financeiros		49.420	0,33%	
5. Reposicionamento com Financeiros		17.174.870	15,60%	
6. Financeiros Retirados do IRT anterior			-11,37%	
7. Efeito para Consumidor			4,23%	

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 14.8) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2020 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 120.205 e R\$ 116.975 em 31 de dezembro de 2020 e 2019) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSDD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora. Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

32. Informações complementares

32.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	2020	2019
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	44.847	-
Compensações de PIS e COFINS	452.145	17.805
Doações de linhas e redes (Adição de ativo imobilizado)	9.091	15.728

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2020	2019
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	159.985	301.958
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	3.153	6.986
Pagamento de juros	163.138	308.944

32.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 14.6 e 15.3. Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa					Efeito caixa		Saldo final 31.12.2020	
	Saldo inicial 31.12.2019	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendos intercalares	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos		Juros sobre capital próprio pagos
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	214.054	470.629	(129)	195.300	36.200	60.834	(720.754)	(195.300)	60.834

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Efeito não caixa		
	Saldo inicial 31.12.2018	Dividendo mínimo obrigatório	Dividendos prescritos
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	358	213.923	(227)
			214.054

Em relação ao pagamento dos juros sobre o capital próprio, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 166.005 para o seu acionista controlador Enel Brasil e R\$ 29.295 em imposto de renda, sendo apresentado o saldo bruto no fluxo de caixa (atividades de financiamento).

33. Investimentos e gastos em meio ambiente

A Companhia manteve em 2020 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001 e mantém programas e práticas que evidenciam a sua responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante dos investimentos foi no valor de R\$ 69.455 (R\$ 79.438 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 40.496 (R\$ 75.789 em 31 de dezembro de 2019) registrados no resultado do exercício e R\$ 28.959 (R\$ 3.649 em 31 de dezembro de 2019) destinados a investimento ao ativo imobilizado. Foram realizados licenciamentos e compensações ambientais, plantios compensatórios e manutenções, gestão de resíduos perigosos, estudos de áreas impactadas, prevenção a poluição, compensação de emissões (créditos de carbono) e treinamentos.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 8.214.619 em 2021, R\$ 8.090.517 em 2022, R\$ 8.420.160 em 2023, R\$ 8.513.920 em 2024 e R\$ 115.995.350 após 2024.

Estes contratos representam o volume e preço total homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

35. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Conciliação do balanço patrimonial societário e regulatório

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020				2019			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		2.095.811	-	-	2.095.811	1.280.195	-	-	1.280.195
Investimentos de curto prazo		38.940	-	-	38.940	5.496	-	-	5.496
Consumidores, concessionárias e permissionárias	35.7	2.375.690	245.683	-	2.621.373	2.336.244	110.931	-	2.447.175
Contas a receber - Acordos	35.7	414.990	101.887	-	516.877	145.349	71.491	-	216.840
Operações com instrumento derivativo		23.718	-	-	23.718	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		53.496	-	-	53.496	68.086	-	-	68.086
Outros tributos compensáveis		917.394	-	-	917.394	697.049	-	-	697.049
Almoxarifado operacional		29.481	-	-	29.481	15.830	-	-	15.830
Ativos financeiros setoriais	35.1	906.507	-	-	906.507	1.629.162	-	(21.010)	1.608.152
Despesas pagas antecipadamente		44.042	-	-	44.042	33.166	-	-	33.166
Serviços em curso		241.631	-	-	241.631	188.528	-	-	188.528
Outros ativos circulantes	35.4.3/35.7	260.292	(4.102)	-	256.190	195.031	550	-	195.581
Ativo não circulante									
Consumidores, concessionárias e permissionárias	35.7	24.079	(180)	-	23.899	26.114	(194)	-	25.920
Contas a receber - Acordos		12.155	-	-	12.155	8.605	-	-	8.605
Operações com instrumento derivativo		95.656	-	-	95.656	49.881	-	-	49.881
Outros tributos compensáveis		6.177.141	-	-	6.177.141	4.495.140	-	-	4.495.140
Depósitos judiciais e cauções		802.277	-	-	802.277	808.869	-	-	808.869
Tributos diferidos	35.2	4.963.502	(298.622)	-	4.664.880	4.423.260	(95.785)	-	4.327.475
Ativos financeiros setoriais	35.1	680.881	-	-	680.881	460.099	-	(15.505)	444.594
Investimentos - Bens e direitos para uso futuro	35.4.4	42.859	(1.609)	-	41.250	42.857	(1.607)	-	41.250
Outros ativos não circulantes	35.4.3	80.427	2	-	80.429	41.715	(2)	-	41.713
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		62	(62)	-	-	64	(64)	-	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)		-	545.741	-	545.741	-	466.563	-	466.563
Ativo financeiro da concessão	35.3	-	5.247.418	-	5.247.418	-	4.532.124	-	4.532.124
Imobilizado	35.4	10.818.156	(10.639.191)	-	178.965	10.853.680	(10.622.874)	-	230.806
Intangível	35.4	348.198	3.610.411	-	3.958.599	312.242	3.928.264	-	4.240.506
Total do ativo		31.448.375	(1.192.624)	-	30.255.751	28.116.662	(1.610.603)	(36.515)	26.469.544

Passivo	Nota	2020				2019			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Passivo circulante									
Fornecedores		2.513.678	(7.971)	-	2.505.707	1.878.554	(12.635)	-	1.865.919
Empréstimos e financiamentos		1.238.230	-	-	1.238.230	230.884	-	-	230.884
Debêntures		722.624	-	-	722.624	42.624	-	-	42.624
Arrendamento financeiro		14.807	41.227	-	56.034	21.059	48.789	-	69.848
Subvenções governamentais		2.555	-	-	2.555	3.273	-	-	3.273
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros tributos a pagar		516.114	-	-	516.114	515.091	-	-	515.091
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		60.834	-	-	60.834	214.054	-	-	214.054
Obrigações sociais e trabalhistas		117.246	-	-	117.246	134.354	-	-	134.354
Obrigações com benefícios pós-emprego		8.735	-	-	8.735	12.358	-	-	12.358
Contas a pagar - acordo Eletrobras		355.807	-	-	355.807	342.811	-	-	342.811
Provisão para processos judiciais e outros		168.917	-	-	168.917	348.486	-	-	348.486
Encargos setoriais		445.232	-	-	445.232	419.534	-	-	419.534
Passivos financeiros setoriais	35.1	1.032.194	-	-	1.032.194	978.979	-	(21.010)	957.969
Reserva de reversão		7.342	-	-	7.342	7.342	-	-	7.342
Operações com instrumento derivativo		3.000	-	-	3.000	1.274	-	-	1.274
PS/COFINS a serem restituídos a consumidores		781.381	-	-	781.381	578.763	-	-	578.763
Outros passivos circulantes		359.718	-	-	359.718	295.140	-	-	295.140
Passivo não circulante									
Empréstimos e financiamentos		613.482	-	-	613.482	43.539	-	-	43.539
Debêntures		2.994.051	-	-	2.994.051	3.570.365	-	-	3.570.365
Arrendamento financeiro		21.679	132.261	-	153.940	35.922	156.112	-	192.034
Subvenções governamentais		2.660	-	-	2.660	5.215	-	-	5.215
Obrigações com benefícios pós-emprego		6.688.417	-	-	6.688.417	5.982.423	-	-	5.982.423
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar - acordo Eletrobras		700.833	-	-	700.833	1.019.775	-	-	1.019.775
Provisão para processos judiciais e outros		762.056	-	-	762.056	573.606	-	-	573.606
Encargos setoriais		27.561	-	-	27.561	34.553	-	-	34.553
Passivos financeiros setoriais	35.1	532.303	-	-	532.303	537.633	-	(15.505)	522.128
Reserva de reversão		36.714	-	-	36.714	44.056	-	-	44.056
PS/COFINS a serem restituídos a consumidores		6.529.143	-	-	6.529.143	4.395.313	-	-	4.395.313
Outros passivos não circulantes		133.882	1	-	133.883	77.598	(1)	-	77.597
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	35.5	1.937.852	(1.937.852)	-	-	1.988.798	(1.988.798)	-	-
Total do passivo		29.329.047	(1.772.334)	-	27.556.713	24.333.376	(1.796.533)	(36.515)	22.500.328
Patrimônio líquido									
Capital social		3.079.525	-	-	3.079.525	3.079.525	-	-	3.079.525
Reservas de capital		2.268.430	-	-	2.268.430	2.268.430	-	-	2.268.430
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	35.4 e 35.5	1.071.871	(326.398)	-	745.473	1.300.364	(483.680)	-	816.684
Outros resultados abrangentes		(4.522.116)	-	-	(4.522.116)	(3.033.955)	-	-	(3.033.955)
Aumento de capital proposto		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros:									
Reserva legal		196.766	-	-	196.766	196.766	-	-	196.766
Reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial para reforço de capital de giro		171.137	-	-	171.137	171.137	-	-	171.137
Prejuízos acumulados	35.2/35.3/35.4	(906.108)	906.108	-	-	(669.610)	669.610	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		759.823	-	-	759.823	470.629	-	-	470.629
Total do patrimônio líquido		2.119.328	579.710	-	2.699.038	3.783.286	185.930	-	3.969.216
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.448.375	(1.192.624)	-	30.255.751	28.116.662	(1.610.603)	(36.515)	26.469.544

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação das demonstrações dos resultados societário e regulatório

Nota	2020				2019			
	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Operações em continuidade								
Receita								
Fornecimento de energia elétrica	9.822.103	-	-	9.822.103	11.870.742	-	-	11.870.742
Energia elétrica de curto prazo	142.625	-	-	142.625	262.064	-	-	262.064
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	10.977.384	(53.243)	-	10.924.141	10.236.087	(45.916)	-	10.190.171
Ativos e passivos financeiros setoriais	849.867	-	253.972	1.103.839	(130.558)	-	448.843	318.285
Serviços cobráveis	15.502	-	-	15.502	13.006	-	-	13.006
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	490.934	-	(3.739)	487.195	454.445	-	(86.030)	368.415
Receita de construção	-	953.453	-	953.453	-	730.752	-	730.752
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	223.111	-	223.111	-	280.976	-	280.976
Outras receitas	165.538	-	-	165.538	145.391	-	-	145.391
Tributos								
ICMS	(3.935.754)	-	-	(3.935.754)	(4.133.537)	-	-	(4.133.537)
PIS-PASEP	(308.015)	-	-	(308.015)	(378.332)	-	-	(378.332)
COFINS	(1.419.198)	-	-	(1.419.198)	(1.744.069)	-	-	(1.744.069)
ISS	(168)	-	-	(168)	(188)	-	-	(188)
Encargos - Parcela "A"								
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(71.118)	-	-	(71.118)	(67.862)	-	-	(67.862)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.239.585)	-	-	(2.239.585)	(2.514.721)	-	-	(2.514.721)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(71.118)	-	-	(71.118)	(67.862)	-	-	(67.862)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(19.429)	-	-	(19.429)	(16.342)	-	-	(16.342)
Outros encargos	(32.376)	-	(250.233)	(282.609)	(190.027)	-	(362.813)	(552.840)
Receita líquida	14.367.212	1.123.321	-	15.490.533	13.738.237	965.812	-	14.704.049
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"								
Energia elétrica comprada para revenda	(8.217.260)	-	-	(8.217.260)	(7.940.730)	-	-	(7.940.730)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(224.518)	-	-	(224.518)	(292.901)	-	-	(292.901)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(1.990.586)	-	-	(1.990.586)	(1.672.827)	-	-	(1.672.827)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.934.848	1.123.321	-	5.058.169	3.831.779	965.812	-	4.797.591
Custos gerenciáveis - Parcela "B"								
Pessoal e administradores	(668.835)	-	(19.976)	(688.811)	(707.902)	-	(31.912)	(739.814)
Entidade de previdência privada	445.749	-	-	445.749	(26.502)	-	-	(26.502)
Material	(63.940)	-	(819)	(64.759)	(58.260)	-	(462)	(58.722)
Serviços de terceiros	(608.904)	(496)	(27.850)	(637.150)	(462.032)	(1.711)	(45.523)	(509.266)
Arrendamento e aluguel	(54.421)	60.173	(1.661)	4.091	(59.683)	50.717	(2.163)	(11.129)
Seguros	(7.673)	-	(14)	(7.687)	(4.708)	-	(31)	(4.739)
Doações, contribuições e subvenções	(8.524)	-	-	(8.524)	(7.921)	-	-	(7.921)
Custo de construção	-	(953.453)	-	(953.453)	-	(730.752)	-	(730.752)
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(470.023)	160.505	-	(309.518)	(338.570)	107.133	-	(231.437)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(81.506)	-	-	(81.506)	(57.745)	-	-	(57.745)
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	(172.625)	144.205	50.389	21.969	(151.757)	39.633	80.164	(31.960)
(-) Recuperação de despesas	1.004	-	-	1.004	14.645	-	-	14.645
Tributos	(49.288)	-	(63)	(49.351)	(49.749)	-	(73)	(49.822)
Depreciação e amortização	(706.781)	29.545	-	(677.236)	(631.003)	(18.969)	-	(649.972)
Outros custos operacionais	(163.943)	155.926	-	(7.917)	(137.354)	153.052	-	15.698
RESULTADO DA ATIVIDADE	1.305.338	719.727	-	2.025.065	1.153.238	564.915	-	1.718.153
Receitas financeiras	458.180	(117.314)	(24.532)	316.334	472.354	(121.180)	(34.468)	316.706
Despesas financeiras	(942.660)	(10.035)	24.532	(928.163)	(892.831)	(7.956)	34.468	(866.319)
Variações cambiais, líquidas	(3.197)	-	-	(3.197)	(754)	-	-	(754)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	817.661	592.378	-	1.410.039	732.007	435.779	-	1.167.786
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes	-	-	-	-	-	22.287	-	22.287
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	(227.828)	(201.395)	-	(429.223)	(262.387)	(150.619)	-	(413.006)
Resultado líquido das operações em continuidade	589.833	390.983	-	980.816	491.907	285.160	-	777.067
Lucro líquido do exercício	589.833	390.983	-	980.816	491.907	285.160	-	777.067

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Notas	2020	2019
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	2.699.038	3.969.216
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	35.4.1 e 35.5	1.624.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação regulatória	35.2	(552.177)
Reavaliação societária	35.4.1 e 35.5	(1.129.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação societária	35.2	384.031
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	35.3	127.044
Ajustes ICPC 01 - Efeito atualização do ativo financeiro da concessão	35.3	(1.169.727)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ICPC 01	35.2	354.503
Ajustes CPC 48 - Perda esperada crédito liquidação duvidosa	35.7	(343.290)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - CPC 48	35.2	116.719
Direito de uso do ativo (IFRS 16)	35.8	(152.419)
Obrigações por arrendamento (IFRS 16)	35.8	165.516
Imposto de renda e contribuição social diferidos IFRS 16	35.2	(4.453)
Patrimônio líquido regulatório	2.119.329	3.783.286

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	Nota	2020	2019
Lucro (Prejuízo) conforme contabilidade societária		980.816	777.067
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória			
Receita de construção	35.6	953.453	730.752
Custo de construção	35.6	(953.453)	(730.752)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	35.3	(223.111)	(280.976)
Baixas de ativos financeiros da concessão	35.3	13.384	11.347
Depreciação e amortização	35.4 e 35.5	(84.667)	(25.738)
Depreciação e amortização (IFRS 16)	35.8	55.122	44.707
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	35.4.3	(141.666)	(39.633)
Perda esperada crédito liquidação duvidosa (CPC 48)	35.7	(160.505)	(107.133)
Obrigações por arrendamento (IFRS 16)	35.8	(50.935)	(38.353)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	35.2	201.395	150.619
Lucro líquido regulatório		589.833	491.907

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

35.1 Ativos e passivos regulatórios (financeiros setoriais)

As diferenças patrimoniais são decorrentes meramente da forma de apresentação dos saldos nas demonstrações contábeis societárias, os quais a Companhia apresenta os saldos da conta "Ativos financeiros setoriais" líquidos do saldo da conta "Passivos financeiros setoriais". Conforme demonstrado no quadro abaixo, não existem diferenças quando se compara os saldos totais circulantes e não circulantes.

	Regulatório		Societário	
	2020	2019	2020	2019
Circulante:				
Ativo financeiro setorial	906.507	1.629.162	906.507	1.608.152
Passivo financeiro setorial	(1.032.194)	(978.979)	(1.032.194)	(957.969)
Ativo (Passivo) financeiro setorial, líquido	(125.687)	650.183	(125.687)	650.183
Não circulante:				
Ativo financeiro setorial	680.881	460.099	680.881	444.594
Passivo financeiro setorial	(532.303)	(537.633)	(532.303)	(522.128)
Ativo (Passivo) financeiro setorial, líquido	148.578	(77.534)	148.578	(77.534)

A diferença na receita operacional líquida decorre da aplicação da orientação do Despacho ANEEL nº 4.356/2017, que basicamente determinou a forma de contabilização dos repasses à Conta ou da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias (CCRBT). A referida orientação determinou que os registros ocorram contra a conta de doação para o repasse recebido, encargos para o valor repassado pela Companhia e em conta de ativo/passivo setorial a diferença a ser ressarcida ao consumidor. Para as demonstrações contábeis societárias, os valores da CCRBT são registrados líquidos na conta de encargos. Dessa forma a diferença é somente entre rubricas, e não geram efeito na receita operacional.

Quanto as diferenças no resultado financeiro, também são decorrentes da forma de apresentação das demonstrações contábeis societárias, nas quais a Companhia apresenta de forma líquida a atualização monetária dos ativos financeiros e dos passivos financeiros setoriais, sendo uma receita ou despesa financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.2 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento (i) da reserva de reavaliação regulatória compulsória; (ii) da atualização do ativo financeiro da concessão, que é somente registrada na contabilidade societária; (iii) das diferenças nas bases de depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível e das obrigações especiais vinculadas à concessão; (iv) da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, decorrentes da adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros, o qual não foi adotado pela contabilidade regulatória; e (v) dos arrendamentos, decorrente do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que não foi adotado pela contabilidade regulatória.

35.3 Ativos financeiros da concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento, na contabilidade societária, da parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, que não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Este reconhecimento, na contabilidade societária, foi realizado em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada, gerando diferenças devido à bifurcação do saldo imobilizado e intangível regulatório entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível da concessão.

Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Companhia atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão. Com base no item 8 e no Submódulo 2.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015, a Companhia passou a aplicar o IPCA como fator de atualização.

35.4 Imobilizado e intangível

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros, ativo contratual e ativos intangíveis, devido à adoção do ICPC 01 para a contabilidade societária.

Quando da adoção do ICPC 01 em 2010, a Companhia utilizou a Base de Remuneração Regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação (“método do valor residual”) e o saldo do ativo financeiro.

Os ativos classificados como intangível nas demonstrações contábeis societárias representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público e são amortizados de forma linear pela vida útil regulatória dos ativos ou pelo prazo remanescente do contrato de concessão, dos dois o menor.

O ICPC 01 não é aplicado na contabilidade regulatória, gerando assim divergências entre as demonstrações societárias e as regulatórias.

O saldo de imobilizado da contabilidade societária refere-se aos contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os referidos saldos também são reconhecidos na contabilidade regulatória, exceto os impactos oriundos do IFRS 16 – CPC 06 (R2).

35.4.1 Reavaliação regulatória compulsória

A reavaliação regulatória compulsória foi determinada pela Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A reavaliação regulatória compulsória não é aplicada para a contabilidade societária, desta forma as diferenças são decorrentes da divergência de práticas contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.4.2 Depreciação e amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das diferenças das bases dos bens depreciados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

35.4.3 Investimentos - Bens e direitos para uso futuro

A diferença na rubrica de investimentos é originada pela desativação de bens destinados para uso futuro, e é decorrente dos mesmos fatores citados no item 35.4.3.

35.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

35.5.1. Reavaliação compulsória

Os saldos das obrigações especiais são apresentados líquidos do ativo intangível de concessão, e na contabilidade regulatória a apresentação é segregada do imobilizado, sendo os saldos apresentados no passivo. Cabe destacar que para a contabilidade societária, o saldo das obrigações especiais, também foi bifurcado, pela adoção do ICPC 01.

35.5.2. Amortização

As diferenças na amortização são oriundas das diferenças das bases dos bens amortizados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

35.6. Receita e custo de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 Receita de contrato com cliente. As receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas, na contabilidade societária, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço.

Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada.

35.7. CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39, em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O aumento das perdas esperadas, deve-se principalmente pela diferença da base de cálculo, pois o modelo proposto pelo pronunciamento é mais abrangente do que o critério utilizado e definido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. O novo Pronunciamento estende a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

35.8. CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

35.9. CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

Para fins de contabilidade regulatória, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não foi adotado, permanecendo os critérios definidos no CPC 06 (R1) | IAS 17.

36. Eventos subsequentes

36.1 Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2020, a qual segue: face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$980.816 que: (a) acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$71.212; (b) acrescido do montante relativo a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos no valor de R\$129; e (c) tendo em vista que o saldo da reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, perfaz um lucro líquido ajustado de R\$1.052.157, que será destinado da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) o montante de R\$ 195.300 declarado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020, à título de juros sobre o capital próprio imputáveis ao dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;
- b) o montante de R\$36.200 foi declarado à título de dividendos intercalares, em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de dezembro de 2020
- c) o montante de R\$60.834, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, será declarado como dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 26, §2º do Estatuto Social da Companhia;
- (d) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$759.823 será declarado como dividendos complementares ao dividendo obrigatório.

Vale destacar que o registro do dividendo mínimo já estava contemplado nas demonstrações financeiras anuais do referido exercício por se tratar de uma obrigação. O registro da obrigação referente aos dividendos adicionais será realizado no mês de abril.

36.2 Emissão 25ª debêntures

Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures no montante de R\$ 720.000, com início em 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O SWAP tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

36.3 Repasse de P&D para a CDE

No dia 1º de março de 2021 foi publicada a via lei 14.120/2021 originária da MP 998, deliberando o repasse de 30% do valor destinado à conta de P&D para a CDE de Set/2020 à Dez/2025. Os valores represados de Set/2020 à Jan/2021, R\$ 4.120.315,30, serão pagos em 9 parcelas corrigidos pela SELIC, iniciando em 23/04/2021.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2020

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 30 de abril de 2021.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 5 e 22 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente, desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Recalculamos o total da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada, com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora), e (ii) quantidade de unidades consumidoras por classe e suas correspondentes tarifas aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita. <p>Nossos testes revelaram deficiências na efetividade operacional dos controles internos dependentes em tecnologia da informação relacionados ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. Consequentemente, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de fevereiro de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de julho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

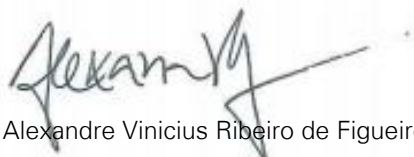
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1